

Rede de Tecnologia Social (RTS)

Comitê Coordenador da RTS

- Caixa Econômica Federal
- Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)
- Fundação Banco do Brasil (FBB)
- Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
- Ministério da Integração Nacional (MI)
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
- Petrobras
- Sebrae
- Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA)
- Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong)
- Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex)
- Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)
- Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
- Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República

Secretaria Executiva (Secex/RTS)

Secretária Executiva

Larissa Barros – larissa@rts.org.br

Animadora de Redes

Isabel Miranda – isabelmiranda@rts.org.br

Assessora de Comunicação

Michelle Lopes – imprensa@rts.org.br

Assistente Administrativo

Francisco Vieira – francisco@rts.org.br

Registro do 1º Fórum Nacional da RTS

Textos

Comitê Coordenador da RTS

Secretaria Executiva da RTS

Organização do Fórum

Participantes dos Grupos do Fórum

Palestrantes do Fórum

Gapi – Grupo de Análise de Políticas Públicas
– Departamento de Política Científica e Tecnológica
(Unicamp/SP)

Organização

Abong

Secretaria Executiva da RTS

Revisão

Gisela Avancini

Projeto gráfico

Ribamar Fonseca – Supernova Design

Impressão

Athalaia Gráfica e Editora

Fotografias

Ronaldo Nina

**Documento impresso em Papel Reciclado (120g/m²)
da Companhia Suzano – 100%.**

Depósito legal junto à Biblioteca Nacional, conforme
decreto nº 1823, de 20 de dezembro de 1907.

Registro do Fórum Nacional da RTS (1. : 2006 : Salvador) Anais / Registro do
1º Fórum Nacional da RTS, Salvador, dezembro de 2006; organizadora Rede
de Tecnologia Social, Editora Abipti. – Brasília: 2006. 122 p. : il

1. Tecnologia Social - Congressos. 2. Desenvolvimento Sustentável - Brasil.
3. Políticas Públicas. I. RTS – Rede de Tecnologia Social. II. Título.



Registro do
1º Fórum Nacional da RTS
Salvador, Bahia, Brasil
De 5 a 8 de dezembro de 2006

anais

Sumário

Introdução	6
Textos-base para discussões – uma nova cultura de participação para o desenvolvimento sustentável	8
Um breve histórico da RTS	9
<i>Articulações em torno de uma idéia</i>	10
<i>O lançamento da Rede de Tecnologia Social</i>	10
<i>A Rede em ação</i>	11
Em busca de um enfoque tecnológico para a inclusão/exclusão	14
<i>Tecnologia Social: uma idéia com uma intencionalidade</i>	14
<i>Tecnologia e contexto socioeconômico</i>	17
<i>Os vários olhares sobre a questão tecnológica</i>	17
<i>Por que a Tecnologia Social é necessária?</i>	18
Encaminhamentos para o debate	20
Tecnologia Social, a RTS e as políticas públicas	23
Tecnologia Social e geração de trabalho e renda	28
Dinâmica e estratégia da Rede de Tecnologia Social	30
Indicações de leitura	35
1ª Oficina de Comunicação da RTS	36

1º Fórum Nacional da RTS – proposições dos grupos	38
Tema: Tecnologia Social e políticas públicas	38
Tema: Tecnologia Social e geração de trabalho e renda	49
Tema: Dinâmica e estratégia da RTS	54
Sistematização do 1º Fórum Nacional da RTS	70
Sistematização das proposições	71
1. Tecnologia Social e geração de trabalho e renda	72
2. Tecnologia Social e políticas públicas	73
3. Dinâmica de rede e estratégia da RTS	76
Propostas surgidas nos debates em plenária	83
Conclusão	85
Anexos	87
Programação 1º Fórum Nacional da RTS	87
Artigos dos palestrantes	89
<i>Tecnologia Social e desenvolvimento</i>	89
<i>RTS: avanços e desafios</i>	96
<i>Política Científica e Tecnológica e Tecnologia Social: buscando convergência</i>	102
<i>Tecnologia Social e geração de trabalho e renda</i>	113
Instituições participantes do 1º Fórum Nacional da RTS	116
Comitê Coordenador da RTS	122



Introdução

O 1º Fórum Nacional da RTS reuniu 285 participantes de todo o país, entre os dias 5 e 8 de dezembro de 2006, em Salvador/BA. Com o tema “Tecnologia Social, uma nova cultura de participação para o desenvolvimento sustentável”, o Fórum foi um momento histórico para a Rede de Tecnologia Social. Pela primeira vez, reunimos as instituições que já aderiram à Rede. Juntos, aprofundamos o conceito de Tecnologia Social, sua relação com políticas públicas, com geração de trabalho e renda, além da própria dinâmica da RTS e estratégias para o Biênio 2007-2008.

Esse documento-registro (anais) é um resumo do Fórum Nacional, inclusive seu processo preparatório. Além de organizar as reflexões e proposições construídas em Salvador/BA, a publicação é, sobretudo, um estímulo para que as instituições da Rede dêem continuidade aos debates iniciados.

Conteúdos para reflexões e discussões estão disponíveis nos capítulos a seguir:

Um breve histórico da RTS – Este capítulo, bem como os próximos três, integra o “Caderno de textos-base para discussões”, produzido pela Unicamp por solicitação da Secretaria Executiva da RTS, a fim de contribuir com os debates do Fórum. O histórico resgata os primeiros diálogos sobre a criação da Rede de Tecnologia Social, aborda seu lançamento e destaca uma das principais características da RTS: ser uma rede de ação.

Em busca de um enfoque tecnológico para inclusão/exclusão – Resgata o que vem a ser Tecnologia Social nos planos conceitual e material. Também traz reflexões sobre como a idéia de TS é percebida pelas pessoas, geralmente de forma intuitiva. Apresenta, ainda, críticas à denominada Tecnologia Convencional que incorpora, em sua construção, valores e interesses relacionados ao sistema socioeconômico.

Encaminhamentos para o debate – Sugere que as discussões realizadas no Fórum tenham, como base, questões que abordem a produção de tecnologia, a participação de diferentes atores sociais na construção e utilização do conhecimento científico-tecnológico e a inclusão social, no Brasil. O capítulo também apresenta informações e reflexões sobre os principais temas do Fórum: políticas públicas, geração de trabalho e renda, dinâmica e estratégia da RTS.

Indicações de leitura – A equipe da Unicamp encerra o “Caderno de textos-base para discussões” com uma lista de referências bibliográficas. Há títulos muito interessantes para aqueles que estão mergulhados no universo das Tecnologias Sociais.

1ª Oficina de Comunicação da RTS – Apresenta as proposições dos participantes da Oficina. Aproveitando a oportunidade do Fórum e a presença das instituições em Salvador/BA, a RTS realizou seu primeiro encontro sobre mídia e TS.

1º Fórum Nacional da RTS - proposições dos grupos – O capítulo contém todas as proposições apresentadas durante o Fórum, exatamente como foram construídas pelos grupos. Assim, cada participante teve suas propostas registradas e divulgadas.

Sistematização do 1º Fórum Nacional da RTS – Logo no início de 2007, o Comitê Coordenador da Rede sistematizou as proposições apresentadas em Salvador/BA, com a colaboração da Unicamp. Esse é o conteúdo desse capítulo. As propostas foram organizadas de forma a agregar as idéias semelhantes e explicitar as contrastantes. Convergências e divergências foram registradas permitindo o acúmulo das discussões e contribuindo para o avanço dos diálogos e ações.

Conclusão – Destaca os momentos marcantes do 1º Fórum Nacional da RTS. Também apresenta uma avaliação resumida do encontro. É possível afirmar que, em Salvador/BA, ocorreu uma grande oficina da Rede, onde houve o aprofundamento dos debates e a construção de propostas substantivas. Com o olhar para frente, a Conclusão desses Anais sugere a construção de uma estratégia da Rede para o biênio 2007-2008.

Anexos – Estão disponibilizados a programação do Fórum, artigos de palestrantes e a relação das instituições participantes.

Após a leitura desses capítulos, o/a leitor/a poderá ter uma visão geral do 1º Fórum Nacional da RTS, ainda que não tenha sido possível participar de todos os grupos ou, até mesmo, estar em Salvador/BA.

Por fim, é importante registrar que o documento-registro do 1º Fórum Nacional da RTS (anais) foi elaborado de forma compartilhada, refletindo a dinâmica democrática de uma rede. Há textos de autoria do Comitê Coordenador da RTS; da Secretaria Executiva da RTS; da organização do Fórum; dos participantes dos Grupos do Fórum; de palestrantes do Fórum; e do Grupo de Análise de Políticas Públicas (GAPI) – Departamento de Política Científica e Tecnológica (Unicamp/SP).

São pessoas e instituições que acreditam na RTS como uma Rede democrática, dialógica, inclusiva e promotora de transformações sociais.

Textos-base para discussões – uma nova cultura de participação para o desenvolvimento sustentável

Este capítulo, bem como os próximos três, integra o “Caderno de textos-base para discussões”, produzido pela Unicamp por solicitação da Secretaria Executiva da RTS. O objetivo foi contribuir com os debates do 1º Fórum Nacional da Rede. O documento foi elaborado em novembro de 2006 e seu conteúdo não reflete necessariamente a opinião das instituições que integram a Rede de Tecnologia Social.

A versão completa do Caderno está disponível neste documento-registro (anais), por meio dos seguintes capítulos:

Um breve histórico da RTS - em busca de um enfoque tecnológico para inclusão/exclusão; Encaminhamentos para o debate; e Indicações de leitura.

Os textos do Caderno são de autoria do Grupo de Análise de Políticas Públicas (GAPI) do Departamento de Política Científica e Tecnológica (DPCT) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – Renato Dagnino, Rodrigo Fonseca, Henrique Novaes, Lais Fraga, Carolina Bagattolli, Márcia Tait, Milena Pavan Serafim, Rafael Dias e Rogério Silva.

Noite de abertura do 1º Fórum Nacional da RTS.



Um breve histórico da RTS

Para contextualização das discussões, trazemos neste texto um breve histórico da Rede de Tecnologia Social (RTS). Mais detalhes sobre a história dos debates e dos eventos relatados abaixo podem ser encontrados no Portal www.rts.org.br.

A idéia de se criar uma Rede de Tecnologia Social surgiu de constatações comuns a muitas das instituições que trabalham com fomento tecnológico e com o apoio a projetos sociais no país. Essas instituições notaram que as experiências de sucesso ficavam restritas a algumas localidades e eram marcadas por ações que possuíam poucas conexões entre si e acabavam resultando na pulverização de recursos. Assim, a construção de articulação e integração entre atores – públicos e privados, governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais – surgiu como principal proposta de atuação da RTS.

A Rede de Tecnologia Social pretende contribuir para a promoção da inclusão social, influenciando na elaboração de políticas públicas, fomentando e articulando os diversos agentes de desenvolvimento por meio de ações complementares e sustentáveis. Ela é uma proposta de organização coletiva que viabilize a democratização de soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável.

Salão de Vivências e participantes na plenária. Cada minuto era uma oportunidade para troca de informações.



Articulações em torno de uma idéia

O primeiro encontro que discutiu a idéia de articulação em torno da Tecnologia Social aconteceu em julho de 2004, em Brasília. A partir desse momento até o lançamento oficial da RTS, em abril de 2005, participaram das discussões instituições governamentais, organizações da sociedade civil, professores e pesquisadores de universidades e institutos de pesquisa.

O principal momento de discussão da proposta de rede foi a I Conferência Internacional e Mostra de Tecnologias Sociais. Realizada em São Paulo em novembro de 2004, a Conferência possibilitou o conhecimento público da proposta de criação da Rede e permitiu a incorporação de um número maior de atores ao processo. Durante três dias, estiveram reunidas cerca de 400 pessoas, em mesas-redondas e outras atividades, para discutir conceitos e apresentar propostas de operacionalização da Rede que viria a se formar. Na oportunidade, foi lançado o livro “Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento”, que reúne artigos de alguns dos participantes da Rede, e realizada uma Mostra de Tecnologia Social, que permitiu aos visitantes conhecer experiências concretas de Tecnologia Social (TS).

O lançamento da Rede de Tecnologia Social

O lançamento da RTS aconteceu em 14 de abril de 2005, em Brasília, e contou novamente com a participação de organizações de governo, da sociedade civil, de universidades e de empresas. Contudo, o evento foi realizado de forma muito mais articulada e organizada, fruto de alguns meses de debates e participação ampla.

*Debates na 1ª Oficina de
Comunicação da RTS.*



Desde o início das discussões, houve consenso de que a RTS deveria ser uma rede de ação e não apenas de articulação. Por isso, o ato do lançamento formalizou o Documento Constitutivo que vinha sendo discutido nos meses anteriores. Também foi firmado o compromisso da instalação de uma Secretaria Executiva e da construção de um Plano de Ação no prazo de 60 dias. As despesas relativas à execução desses compromissos foram assumidas pelas instituições mantenedoras.

A Rede em ação

Após o seu lançamento, os trabalhos concentraram-se na interconexão dos integrantes por meio do desenvolvimento do Portal e no estímulo à reaplicação de TS. Por isso, as principais atividades organizaram-se em difusão e reaplicação, com a intenção de que, cada vez mais, instituições e políticas públicas se integrem à RTS e passem a trabalhar com a lógica de Tecnologia Social.

Na difusão, as primeiras ações foram a distribuição de dez mil exemplares do livro lançado na I Conferência, a criação do Portal da RTS e do informativo eletrônico “Notícias da Rede”, que tem periodicidade quinzenal. Também foi aberta a possibilidade de adesão à Rede por meio do Portal. Outra ação de divulgação foi a presença em eventos de temas relacionados ao trabalho da Rede, em diversas regiões brasileiras.



Participantes da 1ª Oficina de Comunicação da RTS “tecendo” a Rede.



Além disso, foram realizadas duas Oficinas Regionais da RTS em 2006, a da Amazônia Legal, em Belém/PA e a do Nordeste Semi-Árido, em Recife/PE, que permitiram a divulgação do conceito de TS e da Rede nessas regiões, trouxeram diversas contribuições para a construção do Fórum Nacional e fortaleceram o sentimento de pertencimento à Rede, por parte das instituições presentes.

Para a reaplicação, a estratégia constituída foi definir foco e territórios nos quais se concentraria a ação dos parceiros financiadores. A idéia é que a concentração do financiamento em determinados espaços potencializaria o efeito da ação e dos recursos aplicados por cada um. Isso geraria um efeito-demonstração para outras instituições e para o poder público que poderiam adotar as TS como política pública, dando maior escala do que a Rede seria capaz.

O foco definido foi o de geração de trabalho e renda, pois esse é um aspecto articulador de outras dimensões do desenvolvimento social. Os territórios definidos foram aqueles reconhecidamente mais afetados pela situação de exclusão social: Semi-Árido e Vale do São Francisco, Amazônia e Periferias de grandes centros urbanos.

As ações realizadas pela Rede de Tecnologia Social. No biênio 2005/2006, a RTS apoiou a reaplicação de Tecnologia Social capaz de gerar trabalho e renda. As instituições mantenedoras da Rede investiram inicialmente R\$ 52 milhões em iniciativas nos territórios.



Noite de abertura com participantes de Norte a Sul do Brasil. Cada região fez uma apresentação, compartilhando seus cantos, suas tradições, suas poesias.

Estas ações foram resultado das discussões com grande diversidade de instituições, especialmente das organizações articuladoras de rede, com representantes das comunidades onde a Tecnologia Social seria reaplicada. As deliberações para aplicação dos recursos foram feitas pelo Comitê Coordenador instituído no lançamento da RTS. Esse Comitê tem a seguinte composição: oito mantenedores: Caixa, Finep, Fundação Banco do Brasil, Petrobras, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Integração Nacional, Petrobras e Sebrae; quatro instituições articuladoras de redes sociais, Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA), Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais (Abong), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) e Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e por uma instituição representando as universidades – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Os mantenedores são responsáveis por zelar pelos fundamentos da Rede e garantir sua infra-estrutura (Portal, Comitê Coordenador, Secretaria Executiva, Fórum Nacional e regionais, Conferência Internacional), assim como investir recursos na reaplicação de TS.

O processo descrito anteriormente representou avanços inéditos, apesar de alguns problemas e imperfeições. Hoje, a Rede conta com cerca de 430 integrantes. A realização do Fórum Nacional da RTS é mais um passo importante nesse processo de construção contínua da Rede.

Nos próximos itens, passaremos à discussão conceitual de Tecnologia Social e sua articulação com os temas de geração de trabalho e renda e de políticas públicas. Ao fim, serão discutidas dinâmicas e estratégias para utilizar todo o potencial do trabalho em rede na construção de soluções para o principal problema social brasileiro: a exclusão.



Em busca de um enfoque tecnológico para a inclusão/exclusão

Tecnologia Social: uma idéia com uma intencionalidade

Tecnologia Social (TS) é definida pela RTS como produtos, técnicas e/ou metodologias replicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social.

Essa definição foi acordada após as primeiras reuniões e encontros da RTS. No entanto, para compreender em profundidade a TS, é preciso destacar os dois planos nos quais ela se realiza.

Há um plano conceitual, em que a idéia de Tecnologia Social expressa uma concepção de intervenção social que é inclusiva em todos os seus momentos, e há um plano material, no qual cada Tecnologia Social é desenvolvida e difundida de acordo com as possibilidades e as limitações de cada comunidade ou local.

No plano conceitual, a Tecnologia Social propõe uma forma participativa de construir o conhecimento, de fazer ciência e tecnologia. Propõe uma alternativa de intervenção na sociedade, que indique o desenvolvimento no sentido amplo dessa palavra, de realização das possibilidades do ser humano.

No plano material, as experiências estão aplicando a idéia de TS na construção de soluções para questões sociais variadas. É a experiência levada a cabo no plano material que demonstra a viabilidade e eficácia da TS como conceito e cria a base de uma nova concepção de intervenção social.

Finalmente, é na interação constante e indispensável entre os planos material e conceitual que a TS se desenvolve.



*Tarde agradável na cidade que acolheu
o 1º Fórum Nacional da RTS: Salvador, na Bahia .*



Apesar da existência desses dois planos, a idéia de TS (plano conceitual) é geralmente percebida de forma intuitiva. A maior parte das pessoas não chega ao tema pelo caminho da reflexão teórica, mas a partir da vivência e/ou sensibilização para o tema da exclusão social; chega em busca de ações que possam promover a inclusão por meio da aplicação do conhecimento científico-tecnológico.

No entanto, para que a idéia de TS concretize sua intenção de inclusão, é fundamental pensar além do uso de tecnologias para atender a demandas sociais específicas. É necessário um enfoque que entenda a questão da exclusão/inclusão a partir do papel desempenhado pela tecnologia.

É por meio desse “enfoque tecnológico” que se pode perceber como a tecnologia que conhecemos (Tecnologia Convencional) incorpora na sua construção os valores e os interesses relacionados ao sistema socioeconômico em que vivemos; o que a torna, quase sempre, uma geradora de exclusão.

Credenciamento e entrega de materiais.



Entretanto, esse enfoque demonstra também que uma tecnologia que, desde sua concepção, incorpore valores alternativos e envolva os atores sociais interessados, poderá promover a inclusão. O entendimento de que as tecnologias não são simples ferramentas neutras e sim construções sociais que possuem características influenciadas pelos valores e interesses presentes no ambiente em que são concebidas é um elemento importante da proposta da Tecnologia Social.

Exemplos do passado mostram como tentativas de desenvolvimento e difusão de tecnologias alternativas podem falhar em seus objetivos de transformação social quando não são embasadas em um enfoque tecnológico como o que se esboçou anteriormente. Nos anos 1970, houve uma proliferação de defensores de tecnologias diferentes das convencionais, que integraram o movimento da chamada Tecnologia Apropriada (TA). Essas tecnologias tentavam se diferenciar daquelas consideradas de uso intensivo de capital e insumos sintéticos e poupadoras de mão-de-obra, produzidas nos países desenvolvidos. No entanto, as Tecnologias Apropriadas foram desenvolvidas com base em uma visão neutra da tecnologia, que não percebia seu caráter de construção social. Como se o conhecimento pudesse ser “ofertado” por uns e “demandado” por outros, sem o envolvimento dos atores sociais interessados na concepção da tecnologia. A partir da década de 1980, esse movimento não foi capaz de fazer frente à expansão do pensamento neoliberal.

Tecnologia e contexto socioeconômico

No momento em que estamos vivendo, os programas compensatórios de inclusão social mediante o gasto público não estão demonstrando capacidade de estimular o aumento da geração de emprego para a população mais pobre. Embora a transferência de recursos para os beneficiários desses programas gere um efeito positivo de ativação da cadeia de consumo, o crescimento necessário da produção para satisfazer o aumento da demanda não implica o crescimento correspondente da oferta de emprego.

Isso deve-se, em grande parte, ao desenvolvimento e à utilização de Tecnologia Convencional que exigem que o aumento da produtividade do trabalho leve a um crescimento econômico sem necessidade de geração de empregos. Quando se observa esse cenário, fica claro que as questões que envolvem o desenvolvimento econômico, geração de renda e inclusão social devem passar necessariamente pela questão da tecnologia.

Os vários olhares sobre a questão tecnológica

O aumento das desigualdades socioeconômicas, provocado em grande parte pela precarização das condições de trabalho nas últimas décadas, foi acompanhado do surgimento de grupos que lutam pela construção de um pensamento contra-hegemônico, ou seja, que buscam alternativas



ao modelo neoliberal. Essas tentativas são evidenciadas em movimentações globais, como o Fórum Social Mundial, que reuniu, ao longo das últimas edições, vertentes ideológicas que lutam por uma sociedade diferente e possível nas diversas regiões do globo.

Alguns desses grupos contra-hegemônicos enxergam na tecnologia uma aliada para mudança da sociedade, indicando a inclusão digital e a difusão das tecnologias existentes como caminhos para uma sociedade socioambientalmente justa e sustentável. Outros reconhecem na tecnologia uma inimiga que tem sido usada pelas elites para dominação do trabalhador e manutenção das desigualdades sociais.

Essas duas posições, ao exaltar ou rechaçar por completo a produção de conhecimento científico e tecnológico, acabam ignorando um ponto crucial no entendimento da própria natureza do conhecimento e, em consequência, da forma como ele se relaciona com a sociedade. Isto é: o fato de existirem valores sociais e interesses econômicos “embutidos” no conhecimento científico e tecnológico.

É preciso ressaltar ainda que a simples aplicação do controle social no uso do conhecimento não é suficiente para garantir que este seja utilizado para inclusão. Valores e interesses já estão presentes no ambiente em que o conhecimento é gerado, ou seja, não basta haver ética na utilização do conhecimento.

Por que a Tecnologia Social é necessária?

Para alguns, a tecnologia – mesmo sendo produzida em um contexto específico, como por exemplo, atender às necessidades das empresas – poderia ser utilizada para objetivos distintos como o de promover a inclusão social. Nessa visão instrumental e neutra da tecnologia, o caminho para reduzir as desigualdades sociais passaria apenas pela apropriação e adaptação de tecnologias já existentes. Para os que partilham dessa visão, os meios, ou seja, a produção de conhecimento e os fins de inclusão social não estão conectados no processo de desenvolvimento tecnológico. Como se a questão da tecnologia – inclusão não fosse afetada pelos valores embutidos nesse processo.

É justamente nesse ponto que reside o primeiro desafio no desenvolvimento da TS: o desafio de pensar e desenvolver tecnologias que incorporem, da concepção à aplicação, uma intencionalidade de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Assim, o primeiro passo para entender a TS é abandonar a visão instrumental e neutra da tecnologia. Não existe tecnologia neutra; a tecnologia é construída incorporando valores e interesses. Cada tecnologia é definida localmente e de acordo com o contexto pela relação particular da tecnologia com a sociedade. Assim, todo projeto tecnológico é eminentemente político.

A Tecnologia Convencional (TC) incorpora características como:

- É segmentada: não permite controle do produtor direto.
- É alienante: não utiliza potencial do produtor direto.
- É hierarquizada: demanda a figura do proprietário, do chefe etc.
- Maximiza a produtividade em relação à mão-de-obra ocupada.
- Possui padrões orientados pelo mercado externo de alta renda e para grandes empresas dos países ricos.

O segundo passo é entender que se essa tecnologia é socialmente construída, a Tecnologia Convencional não é a única possível de existir. Os atores sociais – e aqui entendemos como atores-chave os formuladores de políticas públicas, comunidade científica e movimentos sociais – podem partir de novos pressupostos para atingir objetivos distintos aos da TC. Essa é a proposta da TS, o desenvolvimento e a disseminação de uma tecnologia que seja:

- Adaptada a pequenos produtores e consumidores de baixo poder econômico.
- Não promotora do controle, segmentação, hierarquização e dominação nas relações patrão-empregado.
- Orientada para o mercado interno de massa.
- Incentivadora do potencial e da criatividade do produtor direto e dos usuários.
- Capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos como cooperativas populares, incubadoras e pequenas empresas.

Pelourinho, Salvador/BA.



As características anteriormente mencionadas mostram porque a Tecnologia Convencional é excludente. Revelam também que a Tecnologia Social é resultado de um processo que se caracteriza pela introdução de valores – como construção compartilhada do conhecimento, distribuição de renda e sustentabilidade.

A TS surge como uma crítica à TC e de uma percepção, mesmo que ainda não precisamente formulada, da necessidade de um enfoque tecnológico para a questão da inclusão-exclusão social. É importante ressaltar ainda que tais características da TC demonstram que esse tipo de tecnologia atende prioritariamente ao grande capital financeiro, não atendendo às necessidades de empreendimentos como cooperativas populares, associações de trabalhadores e fábricas recuperadas.

Encaminhamentos para o debate

Discutimos até aqui os motivos pelos quais as ações relacionadas à TS não devem partir da idéia equivocada de que as tecnologias podem ser simplesmente apropriadas por atores com interesses e valores distintos daqueles para os quais elas foram geradas. Se o objetivo for produzir uma mudança efetiva no contexto social, econômico e político, esses novos interesses e valores devem ser introduzidos nos ambientes em que ocorre o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (C&T) e o reprojeto da Tecnologia Convencional. São nesses ambientes, impregnados com novos valores, que a TS deve ser gerada.

Debates nos Grupos de Trabalho.



Como introduzir novos valores e interesses na produção de tecnologia?

Outro aspecto que pode induzir a equívocos ao pensar a TS se relaciona à idéia de “oferta e demanda” de conhecimento e, portanto, de ciência e tecnologia. Segundo a visão convencional, a tecnologia resulta da aplicação, nas empresas, do conhecimento científico gerado nas universidades e institutos de pesquisa. Haveria, portanto, uma “oferta” de conhecimento, produzido em um local, que seria demandado em outro. O processo que leva à produção de novas tecnologias (inovação) seria o resultado de um processo linear que se iniciaria na formação de recursos humanos e na realização de “pesquisa básica”.

Essa visão foi superada e hoje entende-se que a inovação só pode ocorrer no bojo de um processo que, desde o início, fomente a interação entre os atores nela interessados. A constituição de um novo artefato tecnológico acontece em razão de múltiplos critérios: científicos, técnicos, financeiros, mercadológicos e culturais. Não obedece à lógica única da eficiência técnica, é uma construção social composta por diversos valores; uma “negociação” social.

Como promover a participação de diferentes atores sociais na construção e não apenas na utilização do conhecimento científico-tecnológico?

Outra questão que tem sido debatida na RTS é a idéia de que a “reaplicação” levaria a um problema semelhante ao que dificultou o fortalecimento do movimento da Tecnologia Apropriada. A síndrome da “prateleira de soluções” oferecidas, mas nunca utilizadas. Essas soluções nunca foram utilizadas porque não surgiram da interação dos atores – “oferentes” e “demandantes” interessados na geração da TS.



E os debates continuam nos Grupos de Trabalho.



No estágio atual da RTS, existe uma preocupação central com a reaplicação das tecnologias para gerar soluções em escala. Contudo, este ainda é um enfoque com base na idéia de “oferta” e “demanda”, uma lógica focada na resolução de problemas específicos que pode gerar resultados limitados. Superar esse estágio supõe que os atores atualmente envolvidos com a pesquisa científica e tecnológica, e dispostos a se transformarem em “oferentes” de conhecimento relacionado à TS, sejam estimulados e apoiados a se relacionarem com os potenciais “demandantes”. Pois são esses que utilizarão a TS para viabilizar seus empreendimentos e tornarem-se protagonistas de seu processo de inclusão social. Faz-se necessário, portanto, a elaboração de políticas públicas abrangentes que sejam capazes de integrar atores, interesses, ambientes, culturas etc. até agora desconectados.

Como incluir a TS na agenda de políticas públicas e ampliar a participação dos atores-chave na RTS, tornando-a sustentável?

Como tornar a política social do Estado, nos níveis federal, estadual e municipal permeável às contribuições da Tecnologia Social?

Como interferir na política científica e tecnológica brasileira para que esta volte grande parte dos seus esforços para as questões de inclusão social fundamentais para o Brasil?

As atividades do 1º Fórum Nacional da RTS têm a possibilidade de ir além da discussão sobre o desenvolvimento de tecnologias reaplicáveis e refletir sobre ações que tornem aplicável o conceito de TS como alternativa à Tecnologia Convencional.

É fundamental que sejam discutidos os aspectos e as características que devem estar presentes em um novo modo de conceber tecnologia. Um modo compatível com o desenvolvimento socioambiental sustentável, a inclusão social, a geração compartilhada de conhecimento e o atendimento das necessidades da população dos locais em que elas são geradas.

A intenção, tendo como referência as questões expostas anteriormente é que os debates realizados no 1º Fórum Nacional da RTS ajudem a construir a dinâmica de funcionamento da Rede, as estratégias de ação e de aprofundamento da articulação de seus integrantes.

Pretende-se, especialmente por meio dos trabalhos em grupo, organizar a contribuição dos integrantes da RTS para tornar sua dinâmica cada vez mais participativa. Dessa forma, será possível definir estratégias que façam a Rede atingir seus objetivos a partir de um processo que seja crescentemente democrático, formador de consciência crítica e que admita o protagonismo e a diversidade dos atores. Avanços nesse sentido foram conseguidos, mas ainda é preciso alcançar mais.

Tecnologia Social, a RTS e as políticas públicas

O objetivo desse texto é aprofundar uma idéia, indicada em outra parte desse documento, relativa à necessidade de estabelecer uma relação de mão dupla entre a Tecnologia Social (TS) e as políticas públicas, de modo que a própria TS possa se converter em uma política pública.

E o que são políticas públicas? O que devemos entender quando se fala em TS e em uma política pública para a promoção de TS? Qual a relação entre políticas públicas e TS?

No que se refere à primeira questão, podemos dizer que as políticas públicas são resultado de um processo de tomada de decisão que tem o Estado, como conjunto de instituições e leis, como ator central. A elaboração de políticas públicas envolve três momentos principais: formulação, implementação e avaliação. Para que a política pública seja democrática, é indispensável que os diversos atores sociais, por exemplo os movimentos sociais e as instituições de ensino e pesquisa, participem desse processo.

Passemos agora à nossa segunda pergunta (o que devemos entender quando se fala em TS e numa política pública para a promoção de TS?). A tecnologia, entendida como um bem público cuja promoção resulta de políticas públicas, financiadas com recursos públicos, deve ter como função suprir as necessidades da população. Deve voltar-se para atender à dimensão humana do desenvolvimento e aos interesses coletivos, garantindo, de maneira sustentável, melhor qualidade de vida, tanto presente como futura.

Atividades da 1ª Oficina de Comunicação da RTS.



Sabemos que nem todas as tecnologias que resultam da formulação e implementação da política pública de C&T atendem a esses requisitos. Na verdade, elas são uma exceção, que denominamos TS. Uma tecnologia que, em essência, prioriza as dimensões humana e social.

Em oposição, consideramos nesse texto Tecnologia Convencional (TC) aquela que tem resultado da política de C&T convencional. Isto é, a política que vem sendo formulada pelos atores que possuem mais poder de conformação da agenda decisória – e que não se beneficiam economicamente dos resultados de sua implementação – tende a contribuir para a exclusão social. Apesar de financiada com recursos públicos, essa política está orientada por um modelo normativo e institucional com base na idéia de que a C&T, para chegar à sociedade, deve “passar pela empresa”. Ou seja: que deve ser adequada e apropriada por um tipo de organização da produção e do trabalho que possui na empresa privada sua materialização. É uma política de C&T, portanto, que privilegia um tipo de tecnologia (a TC), que é produzida em um contexto marcado pela desigualdade, exploração e alienação dos trabalhadores e usuários, hierarquização e controle das relações de trabalho etc. É, portanto, uma política que aprofunda e perpetua essas relações sociais, típicas do contexto no qual é produzida.

Falemos, agora, de nossa terceira questão (Qual a relação entre políticas públicas e TS?) Quando tratamos de políticas públicas associadas à questão da Tecnologia Social, estamos falando basicamente de dois tipos de política: as políticas públicas de inclusão social e as de ciência e tecnologia.

*Cultura indígena na Expo Brasil
Desenvolvimento Local.*



No que se refere às políticas públicas de inclusão social, o que se observa é que a questão científica e tecnológica raramente é incluída no processo de sua elaboração. Essa atitude – de não-compreensão de que as políticas sociais podem ser contempladas por um enfoque da ciência e da tecnologia – está associada a duas percepções.

Em primeiro lugar, os atores envolvidos com a elaboração das políticas sociais muitas vezes não consideram ciência e tecnologia como elementos importantes no sentido de promover a inclusão social. Em segundo lugar, os atores que de fato contemplam ciência e tecnologia como importantes para a inclusão social freqüentemente compartilham das visões da neutralidade da ciência e do determinismo tecnológico. Para esses atores, qualquer que seja o problema social a ser enfrentado, a tecnologia empregada em sua resolução deve ser a convencional.

A utilização de tecnologias alternativas, que valorizam formas de conhecimento que não apenas o científico (como o conhecimento tradicional) e que contemplam as especificidades locais, coloca-se como uma estratégia de desenvolvimento sustentável e de inclusão social extremamente interessante. Contudo, ainda é pouco explorada.

Com base nessa reflexão, parece ser uma estratégia inadequada apoiar na Tecnologia Convencional, produzida e utilizada pela empresa privada, a expectativa de mudanças sociais significativas. Não basta, assim, utilizar a tecnologia existente para fins distintos, procurando dar a ela um direcionamento “social”, uma vez que a Tecnologia Convencional é, por suas características, excludente. Assim, é preciso adotar, nas políticas de inclusão social, um enfoque tecnológico que parta da tecnologia para a compreensão dos problemas sociais e para a proposição de soluções para eles.

Nesse sentido, as políticas públicas de ciência e tecnologia aparecem como importantes políticas-meio para as políticas-fim de inclusão social. No entanto, as políticas de ciência e tecnologia adotadas no Brasil têm se voltado timidamente para os problemas sociais existentes no país.

Dois fatores fundamentais contribuem para esse quadro. O primeiro é a visão de grande parte da sociedade e dos atores governamentais de que a ciência é neutra e de que a tecnologia segue um caminho predeterminado pelos fatores técnicos e independente das escolhas sociais. O segundo fator é a imitação de modelos de políticas dos países desenvolvidos, que se mostram inadequados ao contexto brasileiro, visto que essas duas realidades são muito diferentes.

As políticas públicas de ciência e tecnologia têm como objetivo principal incentivar o desenvolvimento brasileiro a partir do estímulo à geração de tecnologia nacional. Porém, os caminhos adotados são encontrados nas experiências de outros países, que, todavia, possuem realidade bastante distinta.



Esse comportamento imitativo não é recente. Ele decorre, sobretudo, da condição periférica à qual o Brasil está submetido. Além disso, as reformas neoliberais pelas quais o país passou ao longo da década de 1990 acentuaram ainda mais tal comportamento.

Exemplos dessa postura imitativa podem ser associados, ainda que de forma talvez demasiadamente sintética, ao foco na inovação e na competitividade (com base na concepção determinista-tecnológica de que o “avanço” da tecnologia – a TC, obviamente – irá solucionar todos os problemas da sociedade); aos arranjos institucionais adotados para estimular o surgimento dessas inovações (como os parques e pólos tecnológicos); e ao foco na alta tecnologia, que decorre da percepção de que a trajetória da tecnologia é linear, inexorável e universal e de que sua incorporação ao tecido produtivo nacional, além de trivial, é a única forma de alcançar o desenvolvimento. Essa atitude, que preside a formulação da Política de C&T e que busca vincular o desenvolvimento científico e tecnológico nacional ao dos países de capitalismo avançado, implica a difusão da idéia – e sua aceitação generalizada – de que não há outro caminho a ser trilhado que não o da TC.

É essencial a superação da percepção de neutralidade da ciência e de determinismo tecnológico e da idéia de que é possível replicar com êxito as experiências e os modelos dos países desenvolvidos. Com a superação dessa visão, podemos formular políticas públicas mais adequadas à realidade brasileira e às mudanças sociais pretendidas e que estejam orientadas pela concepção de Tecnologia Social.

Para que isso ocorra, é fundamental a promoção de ampla discussão sobre a adoção do enfoque tecnológico para a inclusão social. Tais discussões devem envolver três grupos de atores: o governo; os movimentos sociais; e a comunidade de pesquisa (universidades e institutos públicos de pesquisa).

No entanto, como seriam, então, as políticas públicas de inclusão social orientadas pelo conceito e estratégia da Tecnologia Social? Para construir uma sociedade diferente, com uma tecnologia diferente, não seria necessária a adoção de políticas também diferentes? A resposta para essas perguntas parece ser afirmativa.

O processo de elaboração das políticas públicas, tanto de inclusão social quanto de ciência e tecnologia, deve incluir os interesses, os valores e os objetivos de cada um dos atores envolvidos no processo.

Desse modo, a idéia de montar uma rede de atores é a iniciativa mais importante no campo da TS, porque ela reúne e organiza as iniciativas que permaneciam dispersas, isoladas e sobrepostas. Essa rede deve facilitar a troca de informações e permitir a estruturação de suportes que podem ser decisivos ao esforço de consolidação do movimento da TS.



Perguntas orientadoras do debate:

- Quais estratégias a RTS pode utilizar para estimular a adoção de TS como política pública?
- Que características deve ter uma TS para que possa ser transformada em objeto de política pública?
- Como inserir o tema da TS na agenda política para que ela se torne uma política pública?

Tecnologia Social e geração de trabalho e renda

O objetivo desse texto é dar suporte às discussões sobre o papel que a Tecnologia Social (TS) pode desempenhar na geração de trabalho e renda. Ele parte dos conceitos desenvolvidos em outras partes desse documento e argumenta que o papel diferenciado que a TS pode desempenhar é um processo de geração de trabalho e renda emancipatório, por isso sustentável.

Tão importante quanto a geração de trabalho e renda é a articulação da proposta da TS com um modelo de desenvolvimento inclusivo, que leve em consideração as diversas dimensões do desenvolvimento (econômica, social, ambiental etc.) na direção de uma sociedade sustentável.

Na maioria das vezes, as ações e as políticas públicas de inclusão social não conseguem ser emancipatórias. Isto é: geram inclusão por meio da transferência de recursos para os mais pobres, mas não garantem a manutenção do seu nível de renda na ausência da política. Isso porque não se consegue gerar

Estandes institucionais na Expo Brasil Desenvolvimento Local.



atividades produtivas que incluam de forma permanente a faixa da população beneficiada por tais ações e políticas. Não se gera trabalho, apenas renda, por isso não se propicia a desejada emancipação. Caso não se promova a TS, não se gerará trabalho sustentável, apenas renda. E, por isso, além de não se propiciar a desejada emancipação, se estará comprometendo a própria manutenção das políticas e promovendo ações meramente compensatórias.

A TS tem papel diferenciado nesse desafio por ter como fundamentos:

- Uma nova forma de conceber soluções tecnológicas, com base na produção de conhecimento com a participação dos trabalhadores.
- Novas formas de organização do trabalho e da produção com base no potencial e na criatividade dos trabalhadores (produtor e usuário direto) e nas especificidades locais.

Esses fundamentos possibilitam aos trabalhadores a geração da própria oportunidade de trabalho e a sustentabilidade do processo na geração da renda e do trabalho.

Merece destaque o processo participativo promovido pela TS. Para gerar trabalho e renda de forma sustentável, os trabalhadores precisam participar do processo de concepção da TS e devem ter suas demandas e/ou seus problemas contemplados nas soluções tecnológicas concebidas. Se a tecnologia for desenvolvida nas universidades e nos institutos públicos de pesquisa, sem a participação dos maiores interessados – os trabalhadores – essa tecnologia tenderá a reproduzir a exclusão que as políticas de geração de trabalho e renda visam combater.

De forma crescente, a Tecnologia Convencional (TC) impede o acesso dos trabalhadores à economia formal. O emprego formal, definido como contratação com registro em Carteira de Trabalho e com garantia de direitos, tem crescido a taxas pequenas. O aumento da produtividade (medida pela relação entre o produto e a quantidade de mão-de-obra empregada) resultante da introdução da TC leva a um aumento da produção que economiza trabalho humano.

A TC, tal como comentado em outra parte desse texto, não é adequada para a inclusão social. Seu caráter excludente é uma característica relacionada ao contexto econômico-social e aos valores e interesses predominantes no ambiente em que é produzida. A produção de tecnologia não possui um sentido único ou, como muitos insistem em fazer crer, determinado pela forma como se desenvolve o conhecimento científico. Ela é sempre um fenômeno relacional resultante de um grande número de elementos de natureza muito variada. A tecnologia é o resultado das relações que possuem entre si os atores que a desenvolvem e com o entorno em que ela é produzida e utilizada.



Tecnologias são relações sociais que se materializam em máquinas, equipamentos, processos, formas organizacionais; em artefatos socialmente construídos que influenciam a vida cotidiana e condicionam nossas práticas e atitudes coletivas. Daí porque a TS não pode deixar de ser percebida como uma proposta que indica mudanças de práticas e atitudes.

As políticas tradicionais de geração de trabalho e renda que têm como base a Tecnologia Convencional encontrarão um obstáculo para atingir seu objetivo de promover a inclusão social. Esse obstáculo, muitas vezes ignorado, é a própria TC, cujos parâmetros de concepção e uso que conferem à atividade de produção de bens e serviços são os ganhos de escala, a economia de trabalho humano, a apropriação privada do excedente etc.

A TC não permite ao trabalhador usar sua criatividade e seu conhecimento, além de inibir a capacidade que ele tem de produzir autonomamente. A TC traz mecanismos de controle, tende a inibir o processo criativo do trabalhador e é por si alienante, segmentada. Por isso, pode-se dizer que a TC contém características contrárias à emancipação do trabalhador e à adoção de um estilo de desenvolvimento social e ambientalmente sustentável.

As políticas e as ações de geração de trabalho e renda com base na TS propõem que o trabalho gere ocupação e sentido social para o trabalhador, que a renda proporcione a viabilidade econômica do trabalho gerado e que a inclusão social garanta a sustentabilidade da sociedade.

Dinâmica e estratégia da Rede de Tecnologia Social

Este texto pretende apresentar a discussão sobre a dinâmica e a estratégia que a Rede de Tecnologia Social deve empreender para atingir seus objetivos. A troca de experiências e a contribuição dos integrantes da Rede deve tornar sua dinâmica cada vez mais participativa e propor estratégias que a façam atingir seus objetivos por meio de um processo que seja crescentemente democrático, formador de consciência crítica, a partir do protagonismo e diversidade dos atores.

A criação da Rede e a participação de organizações de governo, da sociedade civil, de universidades e de empresas representa grande avanço na constituição de políticas e ações mais democráticas e inclusivas. Contudo, ainda é preciso avançar e criar novos mecanismos para aprofundar a troca entre as instituições participantes da RTS.

Após o seu lançamento, os trabalhos concentraram-se no desenvolvimento do Portal da RTS, com a finalidade de promover a interconexão dos integrantes da Rede e no estímulo à reaplicação de TS. Por isso, as principais atividades se dividiram em difusão e reaplicação, para que cada vez mais instituições e

políticas públicas passassem a trabalhar com a lógica de Tecnologia Social e se integrassem à RTS.

Na difusão, as primeiras ações foram a distribuição de dez mil exemplares do livro lançado na I Conferência, a criação do Portal da RTS e do informativo eletrônico de “Notícias da Rede”, que tem periodicidade quinzenal. Também foi aberta a possibilidade de adesão à Rede por meio do Portal. Outra ação de divulgação foi a presença em eventos de temas relacionados ao trabalho da Rede, em diversas regiões brasileiras.

Além disso, foram realizadas duas Oficinas Regionais da RTS em 2006, a da Amazônia Legal, em Belém/PA e a do Semi-Árido em Recife/PE, que permitiram a divulgação do conceito de TS e da Rede nessas regiões e trouxeram diversas contribuições para a construção do Fórum Nacional e fortaleceram o sentimento de pertencimento à Rede, por parte das instituições presentes.

Para a reaplicação a estratégia constituída foi definir foco e territórios nos quais se concentraria a ação dos parceiros financiadores. A idéia é que a concentração do financiamento em determinados espaços potencializaria o efeito da ação e dos recursos aplicados por cada um. Isso geraria um efeito demonstração para outras instituições e para o poder público que poderia adotar as TS como política pública, gerando maior escala do que a Rede seria capaz.

O foco definido foi o de geração de trabalho e renda, pois esse é um aspecto articulador de outras dimensões do desenvolvimento social. Os territórios definidos foram aqueles reconhecidamente mais afetados pela situação de exclusão social: Semi-Árido e vale do São Francisco, Amazônia e Periferias de grandes centros urbanos.



Já nas bancas! Distribuição da Revista Sebrae Agronegócios (edição especial sobre Tecnologias Sociais).



No biênio 2005/2006, a RTS apoiou a reaplicação de Tecnologias Sociais capazes de gerar trabalho e renda. As instituições mantenedoras da Rede investiram inicialmente R\$ 52 milhões em iniciativas nos territórios.

A Rede surgiu da parceria de algumas instituições e foi ganhando adesão de outras. Contudo, os seus mecanismos de participação coletiva ainda estão, podemos dizer, com baixa taxa de interconexão entre seus integrantes.

A proposta da Tecnologia Social é articular as pessoas que pensam tecnologia de uma outra maneira. O conceito transita da idéia para o real, no desenvolvimento de TS e reaplicação de TS e do real para a idéia quando se forma a RTS e se busca a difusão do conceito. A idéia pode materializar-se em pessoas nos órgãos de governo, nos movimentos sociais e universidades. Ou pode transformar-se em políticas públicas.

A sustentabilidade da idéia está diretamente ligada à sua compreensão no nível ideal e sua implementação no nível real. A sustentabilidade da RTS também está diretamente ligada a ampliação do conceito de TS e de sua aceitação ampla pela sociedade. É preciso que, crescentemente, quem pensa em inclusão passe a pensar em tecnologia e quem pensa em tecnologia passe a pensar em inclusão.

As tecnologias são desenvolvidas e controladas pelo ser humano e assim, carregam os valores deste. É necessário conectar quem está pensando em inclusão social com quem está pensando em tecnologia e dinamizar tal relação.

Mas é preciso também estar atento para escapar da relação fácil de oferta de conhecimento e demanda por soluções. O conhecimento, a ciência e a tecnologia, devem ser construídos em conjunto. Sob pena de se manterem as relações hierárquicas do conhecimento especializado sobre o conhecimento tradicional, da concepção e execução, da teoria e da prática.

É tarefa da Rede mobilizar os atores e colocar as duas frentes de atores em contato. Além disso, a Rede deve trabalhar na conscientização da sociedade sobre o conceito de TS.

Perguntas orientadoras do debate:

Dinâmica da RTS

- Quais ações poderiam ser desenvolvidas para aumentar a conectividade da Rede? Quais ações poderão alimentar a dinâmica descentralizada de ligação entre tais atores?
- Quais instrumentos e mecanismos de interação a RTS deve desenvolver e disponibilizar para a consolidação da dinâmica de Rede?

- Um Banco de Dados de Tecnologias Sociais seria suficiente para promover a conectividade? Que funcionalidades deveria ter este Banco?
- Quais tarefas são necessárias para animar e manter viva a participação dos membros da Rede?

Estratégia da RTS

- Analisando a estratégia adotada pela Rede até agora, o que pode ser melhorado e ajustado?
- Quais as facilidades e os desafios para a reaplicação de TS (fazer acontecer)? Qual é o objetivo da reaplicação de TS?
- Que estratégia a RTS deve ter para garantir seu funcionamento e fortalecimento no decorrer do tempo?
- Qual papel pode ser desempenhado pelos integrantes da RTS?
- Também é papel da Rede mobilizar os atores. Como a Rede pode trabalhar para aumentar o esclarecimento da sociedade sobre o conceito de TS e a mobilização dos atores em torno do tema?
- A RTS propõe-se como uma rede de ação. Quais ações poderiam ser empreendidas pela RTS? Que mecanismos poderiam ser utilizados para implementar tais ações?
- Qual poderia ser a estratégia da RTS para dar maior escala aos projetos pontuais de TS?



Salão de Vivências,
1º Fórum Nacional da RTS.



Indicações de leitura

DAGNINO, Renato & GOMES, Erasmo José. *O Processo Decisório na Universidade Pública: uma visão de Análise de Política*. In: *Avaliação: Revista de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES)*, Campinas, v. 7, n. 4, dez. 1996. pp. 43-71.

DAGNINO, Renato. *Um debate sobre a tecnociência: neutralidade da ciência e determinismo tecnológico*. Disponível em: [http://www.ige.unicamp.br \(departamentos/dpct/docentes/RenatoDagnino/paginapessoal/aulas/enfoque5.zip\)](http://www.ige.unicamp.br/departamentos/dpct/docentes/RenatoDagnino/paginapessoal/aulas/enfoque5.zip), 2005.

DAGNINO, Renato. *A Tecnologia Social e seus desafios*. Fundação Banco do Brasil. In: *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004.

DAGNINO, Renato et alli. *Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social*. In: *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004.

DIAS, R. *Tecnologia Social: atores sociais e medidas de PCT*. Texto GAPI para discussão, 2006.

FEENBERG, A. *Critical Theory of Technology*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

FEENBERG, A. *O que é a Filosofia da Tecnologia?* Conferência pronunciada para estudantes universitários em Komaba, Japão, em junho de 2003.

LACEY, H. *Is Science Value-free?: Values and Scientific Understanding*. Londres: Routledge, 1999.

LASSANCE Jr., Antonio; PEDREIRA, Juçara Santiago. *Tecnologias Sociais e Políticas Públicas*. Fundação Banco do Brasil. In: *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004.

NOVAES, H. T. *Para além da apropriação dos meios de produção? O processo de adequação sócio-técnica em fábricas recuperadas*. Dissertação de Mestrado. Campinas: DPCT/IG/UNICAMP, 2005.

WINNER, L. *La Ballena y el Reactor – una Búsqueda de los Limites en la Era de la Alta Tecnología*. Barcelona: Gedisa, 1987.

Histórico da Rede de Tecnologia Social, disponível em www.rts.org.br.



1ª Oficina de Comunicação da RTS

No 1º Fórum Nacional da RTS, as instituições que fazem parte da Rede reuniram-se pela primeira vez. Aproveitando essa grande oportunidade, a Rede realizou sua 1ª Oficina de Comunicação, dia 5 de dezembro.

Em 2006, Petrobras, Fundação Banco do Brasil e Andi promoveram oito Oficinas sobre Mídia e Tecnologia Social. A partir do que foi vivido e compartilhado nesses encontros, a Oficina da Rede buscou fortalecer as fontes jornalísticas, no âmbito da Rede de Tecnologia Social. Os participantes faziam parte de dois públicos: assessores de imprensa (ou a pessoa que atende jornalistas, na instituição); e entrevistados (ou fontes).

A Oficina foi moderada e animada por Guilherme Canela, coordenador de relações acadêmicas da Andi, e pela jornalista e radialista Mara Régia.



A seguir, proposições apresentadas pelos participantes da 1ª Oficina de Comunicação da RTS:

- Realizar novas oficinas de comunicação independentemente do Fórum Nacional.
- Elaborar algumas recomendações para a comunicação da RTS, em uma próxima oficina.
- Propor, para as próximas oficinas, o foco na capacitação de todos e todas a fim de se elaborar um plano de mídia da instituição.
- Fazer com que os participantes passem por todos os grupos: rádio, TV, impressos e imprensa (como lidar) para obter maior conhecimento.
- Criar estratégia de rede de assessoria de imprensa entre as entidades da RTS com o objetivo de ampliar o número de pessoas capacitadas para tal (independentemente da formação acadêmica).
- Proporcionar a participação, em outros encontros, das instituições que não puderam estar presentes na Oficina de Salvador.
- Dividir a organização das próximas oficinas com membros da Rede. É preciso que o planejamento seja coletivo, com a colaboração de mais participantes da RTS.
- Selecionar pessoas que atuam ou vão atuar na área de comunicação das instituições que fazem parte da Rede, para participação nas próximas oficinas.
- Enviar anteriormente, por e-mail, a metodologia para os participantes da Oficina e esclarecer as dúvidas das pessoas.
- Estender o tempo de duração da oficina por mais um ou dois dias.
- Cada instituição, ao se inscrever, deve mandar um resumo de 30 linhas sobre sua experiência.
- Montar vivência de experiências, a partir dos resumos enviados pelas instituições participantes, para que se possa conhecer e discutir: facilidades, dificuldades, destaque de cada experiência.
- Preparar exposição dos produtos de cada experiência.
- Haver mais conversa entre nós.





1º Fórum Nacional da RTS – proposições dos grupos

Tema: Tecnologia Social e políticas públicas

Grupo 01

Mediadora: Milena Pavan Serafim

Co-relatora: Adines Ferreira

Propostas de consolidação da TS como política pública – ações da RTS:

1. Inclusão de rubricas específicas para as Tecnologias Sociais no PPA – Plano Plurianual Federal, como ferramenta de continuidade e consolidação dos projetos (caso dos APLs).
2. Mapear no governo federal as rubricas que encaixam a questão da TS, a fim de auxiliar instituições na busca por fomento. Inclusive a própria RTS buscar ser uma instância fomentadora.
3. Criar indicadores e metas, flexíveis e ajustáveis a cada contexto, para melhorar o acompanhamento e aprimoramento da transformação social e possibilitar maior reaplicação de TS.
4. Divulgar balanço das ações para buscar consistência, sustentabilidade e legitimidade das ações da RTS, com órgãos e instituições financiadoras.
5. Articulação com os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), com as três esferas governamentais (federal, estadual e municipal) e com os três setores (governo, empresas e entidades).
6. Ampliar o mapeamento e melhorar a sistematização da TS.
7. Trabalhar a TS em fóruns regionais, conforme necessidades das regiões, interagindo com as prefeituras/estados, entidades, poder público, empresas e comunidade em geral.
8. Apoiar as universidades, envolvendo-as no processo e trazendo para o debate o Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa. Ex.: monitoramento de TS, trabalhos de conclusão de curso utilizando TS.
9. Debater a democratização dos meios de comunicação como TS, por meio de duas frentes: acesso à gestão dos meios de comunicação e construção coletiva da informação.

10. Incluir/convidar para participar na RTS os Ministérios:
 - Educação (Ensinos médio, fundamental, técnico, universitário; incluir TS e cooperativismo como disciplina – criar ementa de disciplina Educação CTS; incentivar “feiras de conhecimento” com TS nas escolas).
 - Trabalho (geração de trabalho e renda).
 - Comunicação (para ampliar a divulgação da RTS na mídia nacional).
 - Meio ambiente (participar da Política Nacional de Educação Ambiental).
 - Saúde (interagir e conscientizar agentes comunitários de saúde da família como reprodutores de TS).
 - Turismo (a TS é simples e diferente, podendo ser atrativo nacional e internacional), ampliando a questão da renda para os usuários das mesmas, incentivando a geração de TS.
 - Cultura (mesmo do turismo).
11. Pleitear espaço com os conselhos de promoção de políticas e de desenvolvimento federais, estaduais e municipais, fortalecendo a questão orçamentária para viabilização e conscientização acerca da TS.
12. Aliar TS a programas de transferência de renda do governo já existentes, potencializando os mesmos e promovendo maior desenvolvimento, além de fortalecer as ações com famílias beneficiadas. Exemplo: o Programa Bolsa Família já possui verba para capacitação de seus beneficiários. Deve-se incluir a TS como forma de geração de trabalho e renda, bem como atuar em outras áreas como: saúde, alimentação, atendimento à família etc.
13. Ressaltar os sucessos de ações e iniciativas de TS.
14. Debater mais e ver o entendimento de todos os participantes da RTS sobre a tecnologia convencional ser sempre excludente. Ela em alguns momentos pode ser inclusiva (ponto não consensual).



Debates nos grupos de trabalho.



Grupo 02

Mediadora: Carolina Bagattoli

Co-relator: Roberto Ailton Esteves de Oliveira

1. Aprofundar a discussão sobre o que é Tecnologia Social, conceituá-la e defini-la.
2. Realizar fóruns regionais e temáticos de Tecnologia Social para discussão do conceito, divulgação de ações, análise de interesses locais, influenciando assim as políticas públicas locais.
3. Criar cursos de formação ministrados pelos próprios rePLICADORES, facilitando o fluxo de informações e duplicando a variedade de linguagens e discussões em relação ao tema.
4. Criar representações regionais da RTS, para se constituir um elo com a sociedade civil organizada, o poder público e a iniciativa privada das diferentes localidades.
5. Utilizar referências políticas dos membros da Rede para divulgar TS.
6. Identificar e fortalecer as instituições de pesquisa locais de instituições públicas e, principalmente, de ONGs, por meio de oferta de bolsas de estudos, destinação de verbas para pesquisa, financiamento de equipamentos, entre outros. Uma das formas para se alcançar esse objetivo poderia ser o estabelecimento de parcerias.
7. Estimular e apoiar as organizações sociais locais para que sistematizem as suas experiências de TS e promovam o desenvolvimento local. Muitas instituições já fazem Tecnologia Social e não se dão conta disso. Lembrar também das construções históricas dos processos de organização social das diversas formas culturais, como quilombolas, indígenas, entre outros.
8. Buscar a participação de representantes da RTS nos órgãos colegiados de decisão e deliberação das políticas públicas nos três níveis de governo, nas três formas de manifestação do poder público: Judiciário, Legislativo e Executivo.
9. Modificar o marco legal que regulamenta o uso dos recursos públicos de forma a adaptá-lo para as organizações da sociedade civil no sentido de adequá-lo às peculiaridades e aos contextos em que estas se inserem e atuam na promoção do desenvolvimento sustentável e de Tecnologias Sociais.
10. Criar maior aproximação com os três fóruns de pró-reitores de extensão: das universidades públicas, privadas e comunitárias. Rever o conceito de tecnologia citado nas áreas temáticas da Rede Nacional de Extensão

(Renex). Promover a participação da Rede nos fóruns nacionais de Ensino, Pesquisa e Extensão.

11. Divulgar a TS nos ministérios, secretarias estaduais e municipais, universidades, ONGs, associações, federações, empresas, museus e em todas as organizações que trabalhem com tecnologia em níveis federal, estadual e municipal.
12. Buscar desenvolver parcerias com a Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciências – ABMC, em especial para: a) potencializar a divulgação e popularização de TS por meio da experiência e dos espaços da ABMC, visando à reaplicação em escala da TS; b) identificar e multiplicar experiências bem sucedidas de popularização de C&T por meio de museus interativos de ciência, em especial enquanto vetores de reaplicação de TS.
13. Propor ao MCT que em 2007 a Semana Nacional de C&T tenha como tema central a Tecnologia Social.
14. Definir melhor o foco da RTS e, a partir disso, atuar com: a) ações de divulgação; b) ações que envolvam os diversos atores; c) pressão parlamentar; d) utilização dos espaços e conhecimentos que cada associado tem.
15. Buscar a integração parlamentar, de forma a possibilitar a inserção da TS na agenda das políticas públicas. Assegurar a inserção da questão da TS no Plano Plurianuais, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nas leis orçamentárias anuais. Fazer cumprir as leis já existentes.
16. Mapear as ações de todas as entidades integrantes da RTS e disponibilizar mais informação sobre os afiliados para promover intercâmbio de experiências, possibilitando sua difusão e reaplicação, influenciando dessa forma as políticas públicas. Uma possibilidade para isso seria uma otimização do Portal da Rede.
17. Criar um canal próprio para sistematizar e intercambiar TS.
18. Dirigir a gestão da RTS para que esta funcione como ferramenta de difusão do conhecimento, divulgando informações (internet, fóruns locais, entre outros) não só das tecnologias, mas também das formas jurídicas e contábeis.
19. Apoiar o tecnólogo social para patentear a Tecnologia Social. Esse apoio estaria vinculado à socialização efetiva das patentes (ponto não consensual).
20. Procurar inibir as reservas de domínio sobre propriedade intelectual no que se refere à TS. Isso requer uma mudança de paradigmas comerciais, científicos, entre outros (ponto não consensual).



21. Fazer gestão do conhecimento no sentido da sua universalização – ver Lei 10.973/2004.
22. Criar incubadoras de Tecnologias Sociais.
23. Investir no diálogo com outros movimentos/segmentos sociais (em especial com os conselhos de políticas públicas), para ampliar os impactos das TS, movendo outras ações que buscam a transformação social.
24. Conhecer como cada organização e/ou rede atua e contribui no enfrentamento das questões elencadas.
25. Apresentar estratégia de fortalecimento da RTS:
 - **Internet** – montar grande fórum de discussão com tudo o que deu certo na prática no âmbito de Brasil, em busca de adesões, principalmente para descobrir outras redes invisíveis que possam engrossar a fila.
 - **TVs** – Existem no Brasil 70 emissoras de TV comunitárias que com certeza, se chamadas, não se negarão a propagar a RTS e, além disso, estarão cumprindo o seu papel (comunitário) – Contato: Jefferson Mello – Diretoria de Integração da Abccom.
26. Compreender as TS como princípios e pressupostos das políticas públicas.
27. Melhores práticas para TS já existentes (redes invisíveis).
28. Atentar para ética e coerência nas ações da rede com as diversas camadas sociais brasileiras. Atentar para aspectos ambientais, culturais, entre outros.
29. Apresentar monitoramento e avaliação da RTS.
30. Mudar de paradigma por meio dos atores e produtores sociais – os agentes de transformação e integração – para a atuação em rede:
 - 1º lugar – Governo.
 - 2º lugar – Mercado.
 - 3º lugar – Sociedade civil brasileira (ONGs – social, ambiental, cultural etc.).

Grupo 04

Mediador: Rogério Bezerra da Silva

Co-relatora: Tatiana Rottundaro

Propostas de consolidação da TS como política pública – ações da RTS:

1. Quais estratégias a RTS pode utilizar para estimular a adoção de TS como política pública?
 - Buscar articulação entre as diversas esferas de governo em torno da TS.
 - Investimentos para pesquisa aplicada.
 - Aprofundar/explicitar a reaplicabilidade/escala da TS por meio do monitoramento das TS em aplicação.
 - Processo educacional como forma de buscar a reaplicabilidade das TS.
 - Ter acesso ao banco de dados sobre TS da Fundação Banco do Brasil.
 - Fundo Setorial:
 - a) Primeiro momento: buscar financiamento com Fundos Setoriais já existentes para financiamento de TS.
 - b) Segundo momento: articular reivindicações para criação de um Fundo Setorial específico para TS.
 - Criar políticas públicas capazes de interagir a RTS com outras Redes ou Grupos de Participação Social (tais como o de Economia Solidária, Agricultura Familiar, Agroeconomia).
 - Promover um diálogo com as Pró-reitorias (além das Pró-reitorias de Extensão) com o intuito de a universidade se comprometer com um projeto de formulação de C&T.
2. Como inserir o tema da TS na agenda política para que ela se torne uma política pública?
 - Compatibilizar o enfoque de TS frente à estrutura do governo (agenda do MCT e do MDS). Por vezes, temos a recusa de apoio em ambos os ministérios.
 - Ações interministeriais são necessárias para viabilizar a TS.
 - Buscar mecanismos de participação.
 - Buscar interação com outras políticas.
 - Construir uma base política.
 - Buscar um fundo estratégico para apoio à TS.
 - Editais de extensão.
 - Buscar, pela transversalidade, a presença da TS nos fundos existentes.
 - Buscar formar e consolidar uma “bancada de TS” nos níveis federal, estadual e municipal.
 - Participação nos diferentes conselhos relevantes para a TS.
 - Usar a universidade como indutora e fomentadora de TS como fazem outros órgãos de governo (por exemplo, Finep, Caixa Econômica Federal, Fundação Banco do Brasil).

- Incentivar articulação entre a extensão universitária e a comunidade local como um espaço capaz de articular as demandas locais com o saber especializado.
- Cobrar das agências de fomento editais para a área de pesquisa em tecnologias alternativas.
- Uma política pública de TS deve ser capaz de garantir a proteção do conhecimento tradicional por se apresentar como uma tecnologia replicável ao contexto local.
- Reivindicar orçamento específico para investimento em TS, nas três esferas de poder.
- Marco legal:
 - a) A RTS precisa ter atuação transversal (interministerial) para articular o que já existe no governo.
 - b) Formulação de um *status* jurídico para institucionalizar a atuação da Rede.
- Garantir que o trabalho de inclusão social da Rede se consolide para além da política partidária.
- Ter um marco legal para TS.
- Criar um fundo para viabilizar TS.
- Posicionar as TS como tema transversal.
- Reconhecer, além da produtividade de pesquisa, a produtividade em extensão como forma de envolver as universidades.
- Feira de Tecnologias Sociais.



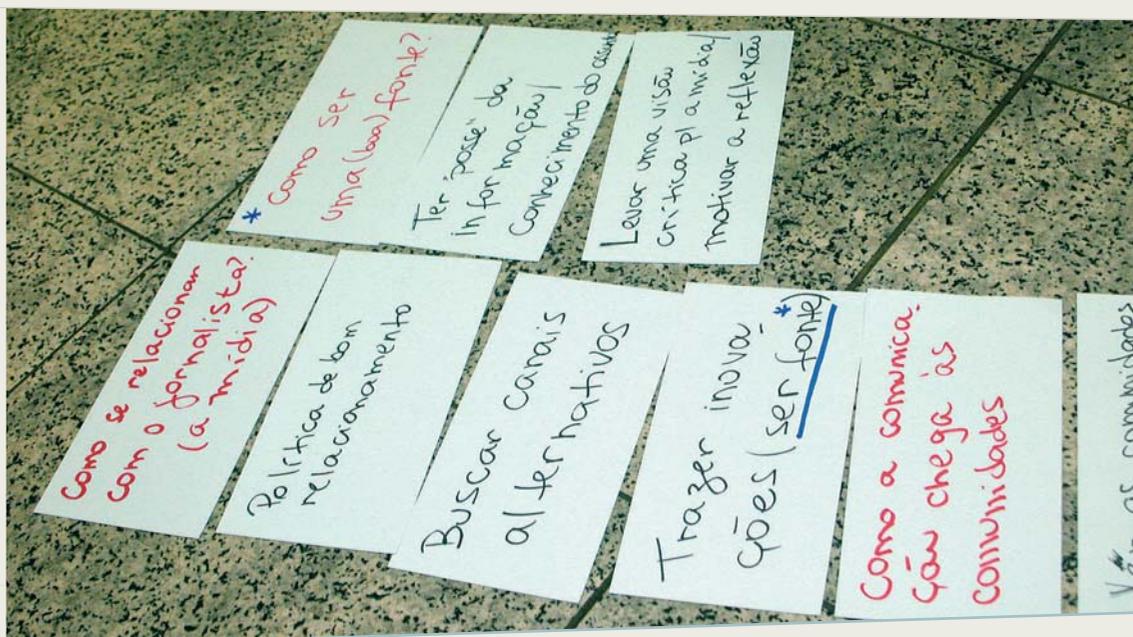
Grupo 08

Mediador: Rafael Dias

Co-relator: não houve

Propostas de consolidação da TS como política pública – ações da RTS:

1. Ocupar espaços de comunicação públicos e privados.
2. Ter participação efetiva nos conselhos municipais, estaduais e federal.
3. Fortalecer o conceito de TS nos pontos da Rede.
4. Realizar a 2ª Conferência de TS.
5. Atender às necessidades imediatas e mais urgentes planejando o desenvolvimento local e sustentável.
6. Construir metodologias que garantam efetivamente a participação de todos os atores em todo o processo.
7. Criar comissão para articular o tema TS nas diversas conferências que acontecerão em 2007.
8. Dar maior visibilidade à TS.



Atividades dos grupos de trabalho.



9. Propor o território como elemento do plano de desenvolvimento do país.
10. Descentralizar a RTS, criando redes regionais e/ou estaduais de acordo com suas diferentes geografias.
11. Caracterizar TS como consensual e participativa envolvendo todos os setores da sociedade.
12. União de todos os agentes civis e públicos, socializando as idéias em seu local de origem.
13. Envolver os setores público, privado e a sociedade civil organizada desde a discussão, elaboração e consolidação das propostas de políticas públicas (modelo horizontal e participativo).
14. Criação de um marco regulatório, ou seja, de direito público (sem patente) que possa ser difundido com colaboração técnica e operacional por agências de desenvolvimento local/regional, fundações de pesquisa e incubadoras com competência técnica.
15. Fortalecer a RTS com a participação de agentes de cooperação (Organização Internacional do Trabalho – OIT, Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento – PNUD, Unicef, entre outros) de valor institucional. Esses organismos institucionais seriam validadores e facilitadores do processo de construção da RTS e difusores dos produtos.
16. Reformulação do sistema vigente de C&T, fortalecendo a participação da sociedade civil organizada.
17. Ter legislação específica para TS.
18. Desenvolver a TS como política de desenvolvimento sustentável.

A discussão realizada no Grupo 8 sobre TS e políticas públicas passou por cinco eixos fundamentais: discussão do conceito de tecnologia; ampliação da Rede; ampliação da visibilidade da TS; valorização do caráter “de baixo para cima” das políticas públicas; e criação de uma legislação específica para TS.

No primeiro eixo, o da discussão do conceito de tecnologia, foi apresentada a necessidade de retomar as reflexões sobre o que é a TS, no sentido da criação de um foco para a identificação de TS. Também foi colocada a necessidade de transformar o ensino formal, incluindo discussões sobre a TS, com o objetivo de mudar o entendimento das pessoas a respeito da tecnologia.

No segundo eixo, o da ampliação da rede, a discussão foi voltada para a incorporação de novos participantes, como membros da comunidade de pesquisa e instituições supranacionais.

No terceiro eixo, o da ampliação da visibilidade da TS, apresentou-se como proposta de estratégia para a RTS a ampliação da pressão política.

No quarto eixo, o da valorização do caráter “de baixo para cima” das políticas públicas, foi colocada a necessidade de expandir a participação dos grupos diretamente envolvidos com a TS. Também foi discutida a necessidade da elaboração de políticas públicas aderentes às especificidades locais. Foi apresentada ainda uma proposta de criação de espaços regionais da RTS, fortalecendo a importância dos aspectos locais.

No quinto eixo, o da criação de uma legislação específica para TS, foi destacada a importância dessa medida para a afirmação do movimento. Também foram feitas algumas propostas pontuais, como a ampliação dos editais voltados exclusivamente para TS.

Grupo 10

Mediadores: Márcia Tait e Ricardo Silveira

Co-relatora: Luciana

1. Identificar e verificar o que, onde e como os parceiros estão participando da RTS, por meio de um mapeamento das ações dos integrantes da Rede.
2. Identificar, sistematizar e divulgar metodologias para organização dos grupos que trabalham com geração de trabalho e renda.
3. Fomentar a criação e divulgar mecanismos que possibilitem o diagnóstico, a avaliação dos resultados e o planejamento dos projetos de grupos que desenvolvem trabalhos com economia solidária e Tecnologia Social.
4. Criar e utilizar mecanismos de avaliação dos resultados e monitoramento das Tecnologias Sociais.
5. Trabalhar no desenvolvimento de indicadores sobre as ações/tecnologias da RTS.
6. Oferecer acesso à informação sobre financiamentos e capacitação para que os integrantes da RTS possam obter mais facilmente recursos para viabilizar seus projetos.

7. Estabelecer parcerias para apoio nas questões jurídicas e administrativas que envolvem os projetos da RTS.
8. Estudar possibilidades para obter certificação de empreendimentos solidários desenvolvidos na RTS.
9. Estudar a possibilidade de criação de um selo que identifique os produtos provenientes de processos que resultam em Tecnologias Sociais (não consensual).
10. Promover mecanismos apropriados de crédito e repasse por parte do governo para empreendimentos de economia popular e solidária.
11. Sistematizar e mapear as experiências de Tecnologia Social.
12. Criar mecanismos de cobrança para garantia da destinação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT para empreendimentos de Tecnologia Social.
13. Promover a divulgação dos valores, conceitos e empreendimentos solidários, bem como da Tecnologia Social.
14. Apoiar projetos que visam o consumo consciente.
15. Promover a criação de mecanismos que ajudem a subsidiar serviços e produtos relacionados à criação de trabalho e renda e ao desenvolvimento sustentável.



Tema: Tecnologia Social e geração de trabalho e renda

Grupo 3

Mediador: Rodrigo Fonseca

Co-relator: Éder Gomes

1. O grupo considerou importante começar a discussão sobre o conceito de TS destacando a necessidade de aprofundar e explicitar melhor o que é TS. “O que entra e o que não entra?”
2. Por que falar em tecnologia, por que não falar em outras coisas mais amplas que tecnologia? Por que há uma compreensão de um conjunto de atores de que a solução para o problema para a inclusão social passa pela questão da TS. Isso porque a tecnologia materializa a base organizativa e material da sociedade na qual vivemos. Por isso, é preciso atuar sobre a concepção e o processo de produção dessa tecnologia para que ela seja a base para a construção de uma outra sociedade.
3. Mais que o conceito, a Rede é o processo; a lógica da Rede deve ser dinâmica.
4. O arretado da discussão é que estamos entendendo Josué de Castro, Betinho, Celso Furtado e estamos colocando na prática. O processo é coletivo e histórico.
5. A RTS é um salto de qualidade no processo histórico de enfrentamento da questão social, temos um coletivo pelo qual podemos ouvir e construir saberes comuns.
6. Aprofundar o debate sobre o conceito de TS:
 - Acrescentar a palavra processo na definição de TS.
 - Acrescentar a palavra inovação na definição de TS.
7. Pensar estratégias para a inclusão das universidades e institutos de pesquisa e os cursos tecnológicos nas atividades de geração de trabalho e renda. Como incluir engenheiros no trabalho com os trabalhadores, por exemplo, e os grupos excluídos.
8. Incentivar as tecnologias de crédito: equipamentos e capital de giro/recursos para empreendidos.
9. Diálogo sobre metodologias de capacitação empreendedoras (empoderamento) e formação.

10. Incentivar o debate sobre o que a TS precisa fazer para mudar as atividades práticas.
11. Junto com o Fórum deve acontecer uma feira de TS. Trazer as pessoas que fazem Tecnologia Social (dos empreendimentos).
12. *Design*: não se compra um produto apenas pelo apelo social. Se estamos construindo uma nova economia quais devem ser as nossas estratégias para comercialização?
13. Publicidade ou *marketing* social, apelos diferenciados ao consumidor.
14. Aprofundar a integração entre outros atores e outras redes (Economia Solidária, ITCPs, FBES etc.).
15. Aprofundar o debate sobre selo ou certificação (Senaes já está com essa discussão).
16. Certificar processos, técnicas e produtos (por exemplo, ISO 26000 sobre responsabilidade social ou o Cabrito Ecológico da Caatinga certificado pela Embrapa).
17. Aprofundar o debate sobre identidade. A Rede quer incluir ou excluir?
18. Financiamento para sistematização das experiências (a partir da base local) e apoio à reflexão sobre a prática.
19. Troca de experiências e conhecimentos sobre as soluções técnicas e banco de solução técnicas.

E os debates continuam
nos grupos de trabalho.



Grupo 05

Mediador: Henrique Tahan Novaes

Co-relatora: Júlia Zardo

1. Propostas políticas:

- Laís – Pressionar estados para que cumpram orçamento. A Lei de Responsabilidade Fiscal dos estados prevê 30% para educação e hoje não é cumprida.
- José Queiroz – Aproximar relação entre Poder Legislativo e RTS.
- Júlia Zardo – Incluir a perspectiva de aproximação de comunidades e universidades na avaliação do MEC.

2. Proposta de disseminação de conhecimento:

- Solanjo – Levar para escolas de ensino formal conhecimento sobre associativismo e cooperativismo.
- Antônio – Disseminar conhecimento sobre a Lei nº 11.124 – SNHIS – 16 de junho de 2005 – Habitação de Interesse Social.
- Edson – Disseminar conhecimento sobre a Lei de Cooperativas.
- Vanderlei – Disseminar conhecimento sobre as políticas públicas para juventude.
- Vanessa – Facilitar o acesso a programas e materiais didáticos que já existem (por meio do Portal ou de *workshops*).
- Henrique – Promover oficinas teóricas regionalizadas.

3. Proposta prática:

- Suely – Considerar o trabalho dos catadores (agentes ambientais) como parte do serviço público formal de tratamento de resíduos e reciclagem.

4. Propostas conceituais:

- José – Necessidade de se olhar o sujeito como produtor de conhecimento (olhar sistêmico para o sujeito).
- José Roberto – Evitar dicotomia entre Tecnologia Social e convencional. Várias convencionais cumpriram e cumprem papel social.
- Antônio Barbosa – Conceituar renda na discussão (agrícola, monetária, trocas, financeira etc.) e constituir grupo para discussão mais detalhada sobre isso.
- Edson Jesus – Definir diferença entre inclusão social e reinserção social.
- Discutir comportamento do 1º, 2º e 3º setor na Rede. A RTS não pode ser uma nova institucionalidade. Nela, cada setor tem de funcionar como tal e não como um grande 3º setor.

Grupo 07

Mediador: Renato Dagnino

Co-relatora: Dora Bragança Castagnino

1. Democratizar a informação (incentivar canais de comunicação pela *web* e rádios comunitárias).
2. Promover bolsas de extensão no ensino universitário e tecnológico, para projetos desenvolvidos na comunidade.
3. Estimular a solidariedade, a vocação local e o empreendedorismo nas redes de ensino básico, por meio de atividades locais.
4. Informações sobre acesso aos meios de financiamento para desenvolvimento de projetos no Portal da RTS.
5. Criar espaços para os participantes exporem seus produtos e projetos, trocar experiências e fomentar a demanda (exemplo fóruns regionais).
6. Publicação eletrônica e impressa das experiências, explicitando erros e acertos.
7. Fortalecer a economia solidária, por meio da desburocratização dos meios de financiamento.
8. Criar um espaço no Portal da RTS para divulgação dos diversos formulários para viabilização de projetos, com apoio de uma consultoria.
9. Criar glossário das terminologias mais utilizadas na RTS.
10. Estimular a comunicação entre os atores participantes da RTS por meio de *blogs*, fóruns virtuais etc.

Grupos de trabalho nas plenárias.



Grupo 09

Mediadora: Lais Fraga

Co-relator: Alexandre Lima

1. Promover processos educativos/formativos continuados que:
 - Gerem autonomia/empoderamento.
 - Fortaleçam/formem lideranças locais (ponto não consensual).
 - Tenham base na educação popular, transdisciplinar e holística.
 - Incentivem uma cultura de paz com base nos valores humanos, desenvolvimento criativo e na afirmação das identidades pessoal e enquanto nação.
2. Apoiar a incubação e a formação dos formadores.
3. Interagir com as instituições de ensino superior e pesquisa.
4. Formar grupos de trabalho temáticos na RTS.
5. Incentivo às instituições que fazem parte da RTS para:
 - Execução de projetos.
 - Capacitação.
 - Divulgação.
 - Estandes da RTS em feiras para divulgar os produtos dos empreendimentos.
6. Definir o conceito de renda para a RTS.
7. Dialogar com outras redes e atores (em especial com a Economia Solidária).
8. Articulação com outras políticas públicas.
9. Promover a comunicação interna da RTS.
10. Promover a comunicação externa com outros atores.
11. Promover constantes mostras de TS.
12. Promover o debate sobre propriedade intelectual e TS.
13. Indicar os empreendimentos que precisam de infra-estrutura para os órgãos financiadores.
14. Apoiar a comercialização dos produtos dos empreendimentos.



Tema: Dinâmica e estratégia da RTS



Grupo 01

Mediadora: Milena Pavan Serafim

Co-relatora: Adines Ferreira

1. Apresentar o conceito de TS a todos que se agreguem à Rede, como premissa básica para a conexão e interconexão de entidades à RTS.
2. Estimular um Grupo de Trabalho virtual que proponha “concretude” ao conceito de TS. Um *check list* do que seria uma TS, ou seja, elencar requisitos de TS.
3. Construção de um estatuto que vincule as ações de concordância entre os membros da RTS. Pautar sobre metodologia de reaplicação entre as entidades. Exemplo: haverá custo? Será repasse de conhecimento de fato? Como o mesmo ocorrerá?
4. Estimular trocas de experiências entre os participantes a fim de viabilizar a reaplicação.
5. Utilizar-se da práxis da horizontalidade na política organizacional, privilegiando as tomadas de decisão de forma colegiada.
6. Interagir de forma institucional representativa nas instâncias governamentais, sendo esta por meio da Secretaria Executiva, dos mantenedores ou membros afins com o assunto ou que já participam de alguma instância.
7. Necessidade de articuladores ou conhecedores de assuntos orçamentários, jurídicos e políticos que possam agregar conhecimento e relacionamento em diversas formas aos participantes da RTS.
8. Interagir com as localidades com o intuito de capacitar agentes multiplicadores de TS que sejam participantes da RTS.
9. Ampliar a divulgação, inclusive a imprensa, principalmente no quesito das experiências de cada entidade, para que os participantes tenham maior conhecimento interno da Rede.
10. Debater a democratização dos meios de comunicação como TS, por meio de duas frentes: acesso à gestão dos meios de comunicação e construção coletiva da informação.
11. Em relação ao banco de dados de TS, há a necessidade de abrir para debate as informações que constituirão o mesmo, sendo a construção deste participativo, pois cada TS tem características próprias.

Grupo 02

Mediadora: Carolina Bagattolli

Co-relatora: Mônica Oliveira

Registro dos debates:

1. Enfatizar a avaliação da questão legal. Importante a Rede fazer uma avaliação da situação legal das instituições que a compõem. Muitas delas, embora detentoras e reaplicadoras de TS, não têm condições de acessar recursos públicos.
2. Lembrar que a RTS é uma rede de prática. Teoria é importante, mas o que une a Rede é a prática. Faltam discussões de eixos temáticos. Poderíamos fazer discussões em grupos: saúde, educação, renda, entre outros.
3. Articular em áreas específicas de TS, como energia, alimentação, água. Resultados tornam-se mais evidentes. Não é possível uma patente propriamente dita porque no momento da aplicação a população incorpora melhorias. Importante certa proteção tipo patente, mas manter abertura. Evitar apropriação privada do socialmente construído. A Rede deve trabalhar com dados, mapas. Medir e mapear o que as pessoas sabem fazer, sem burocratizar os processos. Aos poucos introduzir novas ferramentas de sistematização.
4. Criar sub-rede, não ficar em “redoma”. Criar tutoriais, *blogs*, livros digitais, animações, cordel, música, investir nas novas tecnologias. Agregar à rede produtores culturais, como articuladores potenciais da rede. Portal pode ter materiais para imprimir e colar em paredes, divulgar a Rede em pequenos municípios. Fazer parcerias com difusores e multiplicadores: pontos de cultura, telecentros, outras sub-redes. Ter no Portal um buscador, tipo Google, que tenha bancos de dados fáceis de alimentar, sem burocracia. Ex.: quem buscou pesquisa dessa TS, buscou também essa outra, e outra.
5. Criar uma comunidade de prática virtual, para discussões de práticas, para dar continuidade às discussões pelo Portal. Essas articulariam comunidades reais, com eixos articuladores etc. Não devemos nos limitar aos casos de sucesso.
6. É importante o relato dos fracassos, para aprendizados a partir dos erros.
7. Preocupação de não restringir a entrada de organizações institucionalizadas. Assegurar a participação de organizações informais, movimentos sociais, indivíduos devem poder participar, independente de pertencerem a alguma organização.



8. Uma referência é a Wikipédia, como modelo de metodologia para compartilhamento de informações. Ênfase no compartilhamento. Desafio: se não aprendermos a compartilhar, não vamos construir rede. Isso deve ser visto como princípio, valor (ponto não consensual).
9. Questiona-se uma tecnologia gerada ou apropriada por empresa, que se apropria em prejuízo do pequeno produtor.
10. Interessante a apresentação de *cases*. A Rede deve proporcionar esse tipo de troca. Não tem de ficar intelectualizando demais, perguntar à população o que querem fazer. Aperfeiçoar a partir do acúmulo que a própria população já tem. Estimular apresentação de casos em geral, não apenas os de sucesso. Fazer isso de maneira mais sistematizada. Propiciar espaço para espécies de rodadas de negócio e de TS. Realização de concursos, de prêmios, mas não apenas para premiar os melhores, mas também para socializar aprendizados.
11. Compartilhar não “bate” com a expressão “rodada de negócios”. A linguagem traz características políticas. Precisamos inventar novas denominações.
12. Fundamental formação de lideranças, quadros para garantir a continuidade dos processos.
13. A Rede deve interagir com as universidades federais para sugerir a criação de cursos de tecnólogos em TS. Não só cursos presenciais, mas também à distância. Abrir essas possibilidades também para segmentos comunitários.
14. Ressaltar a importância de favorecer e intensificar as trocas de experiências. Investir em intercâmbios regionais, mas também compartilhamento local. Estimular a construção permanente de identidade(s).
15. Respeitar os processos individuais das entidades-membro da Rede. Como vamos construindo e entendendo o “ser rede”. Há orientações para as entidades que fazem parte da Rede e, ao mesmo tempo, há consensos que vão sendo construídos e ajudam a organizar e fortalecer a Rede.
16. Fortalecer o GT de Monitoramento e Avaliação.

17. Em relação à questão da patente, lembrar que estamos no mundo real: as empresas buscam o lucro. Se nós ficarmos na boa vontade, sem fazer os registros, continuaremos sendo expropriados. Precisamos de estratégias para esse mundo real. Desenvolver mecanismos de transição, porque não concordamos com a legislação atual. Se for para o social, é gratuito se for comercial, nós cobramos. Não é que não se deve ganhar dinheiro com TS, até mesmo porque isso é uma questão de sustentabilidade. Biodigestores hoje, a partir do protocolo de Kyoto, estão sendo apropriados por empresas, inclusive estrangeiras. Isso é um exemplo de perdas para nós.
18. Compartilhar e patenteamento são pontos opostos. Pode-se investir no reconhecimento como domínio público.
19. Analisar o exemplo de sucesso ocorrido em Santa Catarina: criação de captador de energia solar com PETs que foi registrado como patente social. E na Uniãoeste, Toledo/PR, um engenheiro químico aperfeiçoou essa idéia e patenteou o aperfeiçoamento.
20. Temos de nos apropriar do que já existe. Redes de excelência. Podemos ter redes de excelência social. A área econômica já tem isso definido, em andamento. Nós, do social, precisamos nos apropriar disso também.
21. Preocupação com as estratégias de conectividade e interconexão. Temos dificuldades como cultura de usar os potenciais das novas tecnologias. Nem sempre há interação. Às vezes, as redes ficam em inércia, ou todos estão preocupados com os problemas das próprias entidades.
22. Sugestão da criação de um informativo diário da RTS em forma de *newsletter* (envio por *e-mail*). Ninguém vai toda hora ao Portal. Isso estimularia a interação, as pessoas se sentiriam mais sujeitos da construção da Rede.
23. Lembrar que tudo que está no texto é para ser revisto. Não está acabado. Preocupação em aprofundar os significados, sentidos dos termos que vem sendo utilizados no âmbito da RTS. Já há um glossário inicial de 130 palavras. Petrobras já disponibilizou seu material de excelência. O Comitê da RTS está estudando como absorver essa informação. Fundação Banco do Brasil também tem um material sobre TS, pois criou um processo próprio de certificação. Tudo isso está sendo disponibilizado para o Comitê Coordenador da RTS.



Grupo 03

Mediador: Rodrigo Fonseca

Co-relatora: Maria Celeste Rodelli

1. O que a RTS deve ser:
 - Espaço de articulação e troca de experiências.
 - Espaço de cooperação, apoio técnico e formação.
 - Espaço de visibilidade e acolhimento.
 - Incentivo ao desenvolvimento de novas tecnologias.
 - Canal de reflexão e apresentação de alternativas de políticas públicas.
 - Espaço de integração entre governo, iniciativa privada e sociedade.

2. O que a RTS não deve ser:
 - Espaço de reivindicação, disputa política.
 - Vertical, hierarquizada ou tecnocrática.

3. O que me faz estar na RTS?
 - Possibilidade de troca de informações, experiências para melhoria do trabalho.
 - O desafio da Rede é democratizar a produção do conhecimento.

4. Portal da RTS:
 - Deve ser canal de comunicação interativa e troca.
 - Ter um espaço no qual as instituições possam mostrar seus trabalhos (com textos e fotos).
 - Ter espaço com informações sobre financiamentos que deve ser alimentado por todos da Rede que tenham acesso a essa informação.
 - Divulgar a RTS nos órgãos financiadores com os quais os integrantes mantêm contato.
 - Utilizar como exemplo o formato das comunidades de relacionamento na internet, o Portal do Voluntariado, o portal do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Rits.

5. Banco de dados de TS:
 - Só ele não seria suficiente.

6. Funcionalidade do Banco de TS:

- Possuir páginas com fotos das instituições e suas experiências (a partir de uma classificação inicial dos integrantes com cerca de seis indicadores).
- Essa classificação já estaria no cadastro da RTS e a entidade optaria por participar enquadrando em cada item de acordo com sua atividade em TS.
- O próprio integrante colocaria seus dados (descrição da entidade e de suas TS) e atualizaria as fotos.
- Tópico de Soluções Técnicas.

7. Regional:

- Realizar encontros presenciais por regiões (para facilitar a presença dos integrantes), mas divulgar e incentivar a partilha de forma integral no Portal, unificando o presencial e o virtual da RTS.
- Realizar Exposições Regionais de TS, com o objetivo de partilha de TS mais diretamente e com mais frequência, envolvendo público dessas regiões (além dos integrantes da RTS, órgãos públicos, iniciativa privada, público em geral).
- Realizar encontros e oficinas nessas exposições.
- Entremear o regional com o virtual.

8. Para animar e manter a RTS:

- Divulgar oportunidades de Financiamento no Portal e os integrantes da RTS devem enviar ao Portal essas informações.
- Incentivar tradicionais ou potenciais financiadores a utilizarem o Portal da RTS para divulgação de seus editais de financiamento.
- Divulgar, por *e-mail*, quinzenalmente resumo das discussões do Fórum, notícias e oportunidades de financiamento.
- Capacitação *on-line* (técnica, elaboração de projetos).
- Desenvolver mecanismos de capilaridade que permitam a colaboração horizontal.

9. Reaplicação:

- Reaplicar significa que uma TS pode ser adaptada a outro contexto que não o seu original e é de domínio público.
- Incentivar empreendimentos culturais (regionais e folclóricos) como opção de trabalho e renda e divulgação de TS.
- Democratizar conhecimentos na Rede.

10. Premiação:

- Não cabe nos princípios de rede um prêmio (melhores idéias, melhor em.).
- Valorizar projetos cooperativos entre os integrantes, trabalhando para que a cooperação seja um instrumento de valorização de talentos, iniciativas e bons resultados para o desenvolvimento local e reaplicação.

11. Foco e território:

- Encaminhar para discussão o tema foco e território, abordando os processos de escolha (esclarecimento do processo) e coletando propostas que possam ampliar e melhorar a reaplicação de TS.

12. Acesso a recursos:

- A RTS deve estimular a discussão sobre o acesso a recursos, debatendo os limites impostos pela operacionalização de recursos por meio da lógica de projetos (tempo de execução restrito, dificuldade de elaboração por algumas populações).



Distribuição de material.

Grupo 04

Mediador: Rogério Bezerra

Co-relatora: Tatiana Rottundaro

1. Dinâmica da Rede:

- Criar um espaço para trabalhar com grupos temáticos.
- Viabilizar o intercâmbio das experiências de TS regionais e inter-regionais.
- Fomentar o intercâmbio de informações entre entidades.
- A RTS deve lutar por uma crescente legitimidade política dessa nova cultura de participação interinstitucional e intersetorial.

2. Estratégia:

- Fomentar ações transversais para buscar financiamentos nos fundos setoriais já existentes.
- Construir um edital único (para TS) que articule os recursos das agências governamentais representados na Rede, com linguagem e operacionalização simplificada (MCT, Finep, Petrobras, Caixa Economica Federal, Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil, entre outros).
- Primeiro momento: utilizar fundos setoriais existentes para captação de recursos. Segundo momento: criação de um fundo setorial dirigido à TS.
- Produzir publicações temáticas (cadernos, revistas, periódicos), para aprofundar e sociabilizar a troca de experiências.
- Capacitação de entidades da RTS para formulação de projetos para obtenção de financiamento.
- Que a RTS seja uma facilitadora do diálogo entre as instituições da Rede e do governo.
- Participação da RTS nas conferências de saúde, mulher, educação e outros.
- Induzir a participação da universidade para desenvolver e realizar pesquisas que possibilitem o desenvolvimento local (por meio de editais, fundos, bolsas, congressos etc.).
- Cobrar das universidades (públicas, comunitárias etc.) e dos centros de pesquisa clareza sobre seus projetos de produção de C&T.
- Organizar feiras para apresentação das TS já desenvolvidas, com o intuito de integrar o saber tradicional com o saber desenvolvido pela universidade, para viabilizar a comercialização dos produtos.

3. Dinâmica e estratégia da RTS:
 - Buscar a participação das universidades comunitárias, chamando o seu Fórum para a Rede, ampliando para além do Fórum de Pró-Reitores de Extensão.
 - Estratégia mais cuidadosa para reaplicação por meio de metodologia participativa que favoreçam o sucesso da reaplicação.
 - Elaborar um Banco de dados contendo:
 - Georreferenciamento.
 - Contextualização (busca).
 - Buscar bancos (*links*) já prontos.
 - Teses e pesquisas de universidades.
 - Estratégia de divulgação em outros meios.
 - Ampliar a representatividade da sociedade civil no Comitê Coordenador da RTS.

4. Carta de apoio:
 - Como uma proposta imediata para as ações estratégicas impactantes da Rede, o grupo propõe a elaboração de uma Carta de Apoio Público pela permanência da Ministra do Meio Ambiente Marina Silva.

Vários momentos durante o 1º Fórum Nacional da RTS.



Grupo 05

Mediador: Henrique Novaes

Co-relatora: Sílvia Rangel

1. Discussão na base dos temas pautados pela Rede.
2. Conceito de Rede: plural, diversa e organizada de forma horizontal.
3. Rever papel da Secretaria Executiva da RTS. Fazer articulação entre quem tem e quem precisa.
4. Relatar também os problemas e não só o que tem dado certo.
5. Saber separar o que deve ser respondido pelo Estado (política pública), e o que é interesse privado.
6. Ampliar a atuação e a coordenação executiva para atuar com as 444 organizações na difusão da RTS, clarificando o papel da RTS por meio de material didático com linguagem adaptada (não acadêmica).
7. Efetivar os espaços para troca de experiências, apresentação de Tecnologias Sociais.
8. No Grupo de Trabalho Comunicação: Promover articulações com outras redes, a exemplo da Rede de ITCs – Rede Interuniversitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; Portal do Cooperativismo Popular – Coppe/UFPRJ; Rede de Gestores Públicos; Criar sub-grupo de trabalho sobre autogestão.



9. Criar espaços para esclarecer, tanto para agências de fomento quanto para grupos, o que é a RTS e a proposta da TS, assim que tenham projetos submetidos a editais e aprovados (articulação + envolvimento + acúmulo metodológico e conceitual).
10. Estimular a participação em mostras de TS e visitas às experiências diversas.
11. Envolver os grupos com os quais trabalhamos e os movimentos sociais na RTS.
12. Editais devem favorecer a formação e consolidação de agências de fomento nas regiões mais precarizadas do país e tomar cuidado com financiamentos de projetos cujos proponentes estejam localizados muito distantes (distância física e territorial) dos grupos.
13. Estimular a conectividade (ampliar o boletim, apresentar organizações e desenvolvimentos da TS, experiências e articulações, agrupar participantes por similaridades ou interesse), portal interativo (*blogs*).
14. Questões: quem e como define o conselho de gestores?
15. Realização de fóruns regionais (a questão urbana).
16. Reforçar o viés mais crítico das informações (não só casos exitosos).
17. Fomentar redes estaduais e câmaras de redes nas capitais.

Trocas de experiências
no Salão de Vivências.



18. Formar câmaras temáticas por interesses de atuação.
19. Formar e convidar técnicos para colaborar com a Rede.
20. Ampliar o debate sobre a proposta ideológica da RTS, problematizando o sentido da diversidade e coerência.

Grupo 07

Mediador: Renato Dagnino

Co-relatora: Dora Castagnino

1. Divulgar no Portal o que está por trás dos casos bem sucedidos e dos não bem sucedidos.
2. Onde estão os recursos públicos e privados de financiamentos nacionais e internacionais como fazer para chegar até eles.
3. Diminuir a burocracia para ter acesso aos financiamentos.
4. A RTS pode criar sinergia e ser um facilitador desses financiamentos.
5. Criar um fórum regional, com um espaço maior para as instituições trocarem experiências, exporem seus projetos e produtos, bem como oficinas de capacitação para elaboração e gestão de projetos sustentáveis.
6. Criar condições para visitas de intercâmbio entre as instituições para troca de experiências.
7. Banco de idéias – viabilizar a divulgação dos projetos por meio do Portal.
8. Proporcionar o diálogo direto entre os movimentos sociais por meio da Rede – *blogs*.
9. A RTS deve ser uma facilitadora/intermediadora entre as incubadoras populares, instituições da sociedade civil, ONGs, movimentos sociais e as instituições financiadoras no sentido de sensibilizar estas instituições para a atuação desses movimentos na geração de TS além de atuação universitária.
10. A Rede deve ter um *webmaster* para gerenciar as informações no Portal.
11. Disponibilizar no Portal *links* de apoio/consultoria gratuita, para o desenvolvimento e sustentabilidade dos projetos desenvolvidos pelos atores da Rede.



12. Buscar intercâmbio com as universidades para viabilizar tecnicamente os projetos sociais – incubadora de empreendimentos sociais nas universidades públicas – ITCPs (via Proninc).
13. Criar para a Rede um governo eletrônico. Buscar viabilizar por meio de órgãos financiadores.
14. Portal de troca de informações entre as redes – modelo *software* livre.
15. Organizar as informações no Portal por regiões, temas.
16. Criar espaços na Rede, virtual e presencial, para os participantes exporem seus produtos e projetos, trocar experiências e fomentar a demanda.

Grupo 08

Mediador: Rafael Dias

Co-relatora: Antonieta Vieira

Os participantes do GT 8 colocaram duas recomendações consensuais referentes à dinâmica e à estratégia da RTS:

- a) A RTS deve criar conselhos temáticos e/ou regionais com o objetivo de promover o estreitamento das relações entre os participantes, fortalecendo a Rede.
- b) A RTS deve buscar uma articulação no sentido de ampliar a pressão política. Mais concretamente, os participantes do GT 8 sugeriram que a RTS, por meio das instituições nela representadas, buscasse um canal direto de comunicação com a Presidência da República.

Além dessas duas recomendações principais, as seguintes idéias foram colocadas no GT 8:

1. RTS deve ampliar o foco de suas ações, uma vez que o foco centrado apenas na questão da geração de trabalho e renda e em determinadas regiões acaba excluindo quase que automaticamente uma série de outras iniciativas.
2. RTS deve buscar uma articulação no sentido de viabilizar a criação de um canal estável de obtenção de recursos.
3. RTS deve estimular parcerias para fortalecer e garantir a sobrevivência dos projetos.
4. RTS deve procurar fortalecer as relações de confiança entre seus membros.

5. RTS deve ser o canal de discussões que possam servir de insumo para que a horizontalidade seja efetivamente assegurada, evitando discursos vazios.
6. RTS deve promover um constante monitoramento no sentido de evitar a conformação de uma situação na qual “manda quem oferece os recursos”.
7. RTS deve aproveitar as reflexões e propostas já desenvolvidas na Rede em ações práticas.
8. RTS deve buscar estimular ações que privilegiem o trabalho remunerado, e não o voluntariado.
9. RTS deve buscar uma aproximação maior com as prefeituras.
10. RTS deve estimular processos de decisão que vão “de baixo para cima”.
11. Os participantes da RTS devem refletir sobre seu papel na Rede, buscando, assim, uma postura propositiva.
12. RTS deve estimular a criação de “sub-redes” na própria Rede, explorando as afinidades, aproximando os participantes e facilitando a troca de experiências.
13. RTS deve estimular as discussões mais diversas, permitindo o fortalecimento da identidade da Rede.
14. Instituições participantes devem explicitar suas demandas na RTS construindo, assim, um projeto de longo prazo para a Rede.
15. A RTS não deve ser convertida em um ambiente de disputas políticas.



Participantes em plenária do
1º Fórum Nacional da RTS.



Grupo 09

Mediadora: Laís Fraga

Co-relator: Ronaldo Rodrigues

1. Informativo impresso trimestral interno sobre as informações da Rede.
2. Encontros regionais por território (para preparar o encontro nacional).
3. Encontros organizados por atividades e/ou cadeias produtivas dos empreendimentos para troca de experiências presenciais, sobre as Tecnologias Sociais.
4. Fortalecimento da comunicação por meio de telecentros (aproveitar a estrutura).
5. Banco de dados da RTS com a TS e com as metodologias utilizadas (TS como produto e processo).
6. Disponibilizar informações sobre o orçamento da RTS.
7. Grupo de trabalho permanente que capacite as equipes das instituições da Rede quanto à captação de recursos, elaboração e gestão dos projetos.
8. Ampliação do foco da RTS para: trabalho, renda, educação e cultura.
9. Divulgação de editais.
10. Fóruns de discussão e grupos de trabalho por áreas de atuação.
11. Pensar em um projeto piloto que trata da industrialização e comercialização dos produtos das instituições da RTS.
12. Criar um selo quanto ao consumo consciente para os produtos que saem das instituições da RTS.
13. Sociabilizar as TS e suas metodologias, porém, criar um código de ética
14. Criar brindes sociais.

Grupo 10

Mediadora: Márcia Tait e Ricardo Silveira

Co-relator: Osvaldo Albuquerque

1. Promover ações de vivência entre os membros da Rede para estimular o sentimento de pertencimento, o protagonismo e a troca de experiência por meio de fóruns, conferências e eventos nacionais, regionais e locais.
2. Aproveitar os espaços e eventos da RTS para realização de mostras sobre as ações e TS já desenvolvidas.
3. Promover espaços formais nos eventos da RTS para que as experiências sejam compartilhadas como, por exemplo, exposições e estandes nos quais as instituições participantes possam mostrar a TS que desenvolvem.
4. Estimular o comprometimento dos integrantes da RTS para que eles realizem também encontros e vivências nos locais onde desenvolvem as Tecnologias Sociais e para que ofereçam atividades nas quais as potencialidades e conhecimento de cada instituição participante possam ser compartilhadas.
5. Ampliar o comprometimento dos integrantes da Rede e sua conectividade por meio de ações como, por exemplo: a inclusão de pedidos de recurso para participação em eventos ligados a RTS e o oferecimento de atividades sobre TS nos projetos das próprias instituições integrantes; e o incentivo para que os membros assumam a postura de integrantes da RTS em espaços de representação pública e política.
6. Ampliar os espaços no Portal da RTS destinados à sistematização e à divulgação das Tecnologias Sociais.
7. Fomentar a participação dos atores da RTS no Portal (por meio de artigos, fóruns, divulgação de relatos etc.).
8. Aprofundar a horizontalidade da RTS por meio da criação de “comissões regionais” (ou “grupos gestores regionais” e “grupos facilitadores regionais”) e/ou temáticas que trabalhem para ampliar e fortalecer a participação e representatividade dos integrantes da Rede.
9. Ampliar o número de Grupos de Trabalho na RTS e agrupá-los por temas.
10. Discutir conceitos e significados que devem nortear as ações e tecnologias que integram a RTS. Especial atenção para o conceito de sustentabilidade e Tecnologia Social adotados pela Rede.



Sistematização do 1º Fórum Nacional da RTS¹

Em 14 de abril de 2005, foi lançada a Rede de Tecnologia Social, com a forte inspiração para ser um instrumento de organização coletiva para a democratização de soluções tecnológicas que promovam inclusão social.

Sua missão é reunir, organizar, articular e integrar um conjunto de instituições e ações, com o propósito de contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável, mediante a difusão e a reaplicação, em escala, de Tecnologias Sociais.

A construção de sinergias pela integração entre atores – sejam eles públicos ou privados, governamentais ou não-governamentais, nacionais ou internacionais – é a principal estratégia de atuação da RTS e, ao mesmo tempo, seu maior desafio, porque busca compatibilizar culturas institucionais diferentes e construir consensos no processo de intervenção em questões estruturais, na perspectiva da transformação social.

Essa estratégia tem como foco possibilitar a cada instituição trazer para o centro da Rede sua lógica de funcionamento, sua missão específica e conhecer a dinâmica, missão e ações de outras instituições, refletir o objetivo estratégico que pretendia enfrentar e encontrar soluções conjuntas de diagnosticar melhor o problema, envolver o seu público – para que se aproprie do conhecimento gerado, compreenda a tecnologia a ser reaplicada e possa recriá-la – otimizando recursos e socializando os resultados com a sociedade.

Portanto, sua atuação é enfrentar os problemas de forma articulada, integrada, tornando o processo mais eficiente e o resultado eficaz, dando sustentabilidade aos projetos e à comunidade na qual a reaplicação ou difusão da Tecnologia Social foi feita.

Entretanto, para que isso se concretize é necessário fomentar uma nova forma de participação e articulação interinstitucional para retroalimentar uma cultura de rede. Nesse sentido, uma das estratégias definidas pela RTS é a realização do Fórum Nacional, a cada dois anos.

O 1º Fórum Nacional da RTS, realizado nos dias 5 a 8 de dezembro de 2006, em Salvador, foi preparado com objetivo de possibilitar um encontro de todas as integrantes da Rede, o aprofundamento do conceito de Tecnologia Social, a troca de experiências e o tecer coletivo dos fios do sentimento de pertencimento à RTS, para que seu propósito principal seja alcançado.

¹

A Sistematização do 1º Fórum Nacional foi assinada pelo Comitê Coordenador da RTS.

Seus objetivos foram assim definidos:

- Fortalecer a identidade da RTS.
- Indicar propostas de estratégia para o fortalecimento da Rede.
- Debater formas de ampliar a difusão e a reaplicação de Tecnologias Sociais.
- Construir mecanismos de interação da RTS, retroalimentando uma cultura de Rede.
- Compartilhar conhecimentos e experiências acerca de Tecnologias Sociais.

Tem, ainda, como eixos orientadores os temas:

- Desenvolvimento sustentável.
- Geração de trabalho e renda.
- Políticas públicas.
- Construção e dinâmica de rede.
- Tecnologias Sociais – vivências e interações.

Esse documento contém a sistematização das propostas dos grupos de trabalho que se reuniram durante o 1º Fórum.

Os critérios usados para organizar as propostas foram: agregar as idéias semelhantes e explicitar as contrastantes. Desse modo, os integrantes da Rede podem registrar convergências e divergências, permitindo o acúmulo das discussões e contribuindo para os avanços a partir das propostas levantadas.

A metodologia trabalhada possibilitou a leitura e o debate dos textos-base em pequenos grupos, divididos pelos eixos orientadores, viabilizando vez e voz a cada participante e aprofundando, de acordo com o tempo disponível, as questões levantadas e o direcionamento das propostas. Quando não havia consenso, o facilitador orientava para o registro e todas eram levadas à plenária para socialização. A programação que orientou as atividades do Fórum está anexa.

A íntegra das propostas construídas pelos grupos e os textos-base que foram utilizados para subsidiar as discussões podem ser encontrados nesta publicação e também estão disponíveis no Portal da RTS (www.rts.org.br).

Sistematização das proposições

A sistematização das proposições apresentadas pelos vários grupos de trabalho que se reuniram durante o Fórum, foi organizada por tema de discussão e disposta na ordem em que os diferentes temas foram discutidos. Os resultados permitem observar que os grupos deram bastante destaque à discussão sobre



dinâmica de rede e estratégia da RTS, o que ficou retratado no número e abrangência das propostas apresentadas.

Esse fato é um indicador do momento de fortalecimento e consolidação pelo qual passa a RTS a partir da realização desse Fórum e também do grande compromisso das instituições na construção dessa grande Rede. A seguir, apresentamos as propostas a partir de cada tema.

1. Tecnologia Social e geração de trabalho e renda

As propostas sobre o tema Tecnologia Social e geração de trabalho e renda foram divididas em tópicos e agrupadas em razão da incidência nos debates. Nos grupos que debateram esse tema, surgiram muitas propostas que tinham pouca relação com a temática. Talvez isso se deva ao caráter ainda embrionário da RTS.

1.1. Reaplicação

Foi sugerida a ampliação do foco da RTS para: trabalho, renda, educação e cultura. Houve preocupação em garantir que as estratégias de reaplicação se realizem por meio de metodologia participativa. A RTS deve interagir com as localidades, com o intuito de capacitar agentes multiplicadores de TS que sejam participantes da RTS e incentivar empreendimentos culturais (regionais e folclóricos) como opção de trabalho e renda e divulgação de TS.

1.2. Aprofundamento do tema “Tecnologias Sociais e geração de trabalho e renda”

Promoção em maior número de oficinas teórico-práticas descentralizadas, por regiões do país, para aprofundar os debates. Divulgação e troca de experiências sobre metodologias de capacitação e formação, na perspectiva de produzir conhecimentos sobre soluções tecnológicas.

1.3. Envolvimento das universidades

A RTS deve pensar estratégias para a inclusão das universidades, institutos de pesquisa e os cursos tecnológicos nas atividades de geração de trabalho e renda. É necessário aproximar os estudantes universitários (engenheiros, técnicos, entre outros) em atividades com os trabalhadores e os grupos excluídos, no processo de reaplicação e difusão de TS.

1.4. Divulgação de leis

Disseminar conhecimento sobre diversas leis que promovem e garantem direitos como: habitação de interesse social; disseminação de conhecimento sobre a lei de cooperativas; políticas públicas para juventude etc.

Temas de baixa incidência, mas que merecem ser destacados:

- Cooperativismo e TS nas Escolas: levar para escolas de ensino formal conhecimento sobre associativismo e cooperativismo.
- Criar glossário das terminologias mais utilizadas na RTS.
- Usar alguns mecanismos para que as pessoas que participam do Fórum vejam as exposições de Tecnologias Sociais e experiências de sucesso.

2. Tecnologia Social e políticas públicas

As propostas discutidas sobre a elaboração de políticas públicas que permitam a implementação de ações relacionadas à TS podem ser divididas em três tópicos.

O primeiro parte da concepção de que, para a elaboração de políticas públicas, é relevante o estabelecimento de um conceito de TS. O segundo tem um caráter de proposição de políticas públicas. E o terceiro sugere dinâmica e estratégias para a RTS com a finalidade de implementar as políticas públicas propostas.

A cada tópico correspondem ações e instrumentos que possibilitam sua execução.

2.1. Estabelecimento do conceito de TS

Sobre este tópico, foram propostas as seguintes ações:

2.1.1. Realização de debates sobre o tema. Esses debates devem ter como fundamento a definição do foco da RTS, o aprofundamento da discussão sobre o conceito de TS e a revisão do conceito de tecnologia, que é citado nas áreas temáticas da Rede Nacional de Extensão (Renex). Para isso, foi sugerida a participação da RTS nos fóruns nacionais de Ensino, Pesquisa e Extensão e a realização de fóruns regionais e temáticos sobre TS, bem como de fóruns virtuais, seguidos de rodadas de discussões.

2.1.2. Promoção de articulação entre os agentes envolvidos com as discussões sobre TS. Essa articulação deve ter como foco a criação de uma legislação específica sobre TS e compatibilizar o enfoque de TS com a estrutura de

governo, ou seja, com as agendas do MCT e do MDS. Foi considerada importante a articulação com os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e com as três esferas governamentais (federal, estadual e municipal). Para a legislação específica sobre TS, foi sugerido a busca de apoio das Comissões Parlamentares do Congresso Nacional. Essa busca de apoio seria de responsabilidade do Comitê Coordenador da RTS.

O instrumento proposto para compatibilizar o enfoque da TS com a estrutura de governo foi a realização de reuniões do Comitê Coordenador da RTS com representantes do governo. Sugeriu-se incluir/convidar para participar na RTS os Ministérios:

- Educação (Ensinos médio, fundamental, técnico, universitário; incluir TS e cooperativismo como disciplina – criar ementa de disciplina Educação, Ciência, Tecnologia e Sociedade; incentivar “feiras de conhecimento” com TS nas escolas).
- Comunicação (interagir com o ministério para participar da formulação da Política Nacional de Comunicação, bem como incentivar o uso de uma TS para comunicação interna no ministério e também na RTS).
- Meio ambiente (Participar da Política Nacional de Educação Ambiental).
- Saúde (interagir e conscientizar agentes comunitários de saúde da família como reprodutores de TS).
- Turismo (a TS é simples e diferente, podendo ser atrativo nacional e internacional, ampliando a renda para os usuários das mesmas, incentivando a geração de TS).
- Cultura (mesmo do Turismo).

O economista Ladislau Dowbor e o presidente da FBB, Jacques Pena compartilham informações sobre desenvolvimento local em uma descontraída conversa.



2.2. Implementação de políticas públicas

As ações propostas para a implementação de políticas públicas foram:

2.2.1. Ações de formação que teriam como foco a disseminação do conceito de TS e capacitação de gestores públicos em TS e em outras temáticas relacionadas.

2.2.2. A promoção de debates virtuais e presenciais, com o objetivo de promover a interação e integração entre políticas públicas que tratem sobre temáticas afins à TS.

2.2.3. Articulação institucional entre a RTS e órgãos de governo. Nesse contexto propõe-se que recursos do FAT sejam empregados em empreendimento de TS; bem como que sejam feitas tentativas de aliar TS a programas governamentais de transferência de renda já existentes, potencializando os mesmos e promovendo maior desenvolvimento, além de fortalecer as ações com as famílias beneficiadas. Ex.: o Programa Bolsa Família já possui verba para capacitação de seus beneficiários.

2.2.4. O incentivo à replicação de TS. Para isso, a RTS deve ser uma instância fomentadora, que “mapeia” e sistematiza ações e iniciativas de TS, buscando uma rubrica específica para TS no PPA e negociando com as instituições de fomento a publicação de Editais que priorizem pesquisas com TS. A RTS deve, também, negociar com instituições de pesquisa que aproximem as suas ações de extensão e pesquisa às comunidades locais.

Os instrumentos propostos para a execução das ações listadas anteriormente podem ser resumidos em: criação de cursos que discutam TS; cursos sobre fontes de financiamento à TS; pressão política de todos os integrantes da RTS (especialmente do Comitê Coordenador, para que haja articulação e expansão da RTS), com o MDS; incorporação do enfoque tecnológico na Política Nacional

Participantes da Expo Brasil.





de Trabalho e Renda; construção de banco de dados sobre TS e interação da RTS com as universidades (públicas, privadas e comunitárias) e com as agências de fomento.

2.3. Dinâmicas e estratégias para a elaboração das políticas públicas propostas

As propostas para elaboração de políticas públicas no campo da TS são: formação de quadros sobre o tema; debates em torno da TS; promoção de uma articulação entre instituições governamentais, não governamentais e a RTS (tais como OIT, Pnud, Unicef, entre outras); busca de apoio do Comitê Coordenador da RTS junto aos Fóruns de Pró-Reitores de Extensão e de Pesquisa e ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República.

2.3.1. Articulação

Como proposta de articulação da Rede para a consecução dos seus objetivos em políticas públicas, sugeriu-se:

- a) Inclusão de rubricas específicas para as Tecnologias Sociais no Plano Plurianual Federal – PPA, como ferramenta de continuidade e consolidação (caso dos APLs).
- b) Mapeamento no governo federal de rubricas que encaixam a questão da TS, a fim de auxiliar instituições na busca por fomento, possibilitando, inclusive, a própria RTS (buscar) ser uma instância fomentadora.
- c) Pleiteamento de espaço com os conselhos federais, estaduais e municipais, fortalecendo a questão orçamentária para viabilização e conscientização sobre TS.

3. Dinâmica de rede e estratégia da RTS

Em seu terceiro dia, o 1º Fórum promoveu discussões sobre Dinâmica de Rede e Estratégia da RTS, embora diversas propostas sobre este tema já tenham sido levantadas nos dias anteriores. Uma série de questões relativas ao funcionamento da RTS, como organização e conectividade, articulação, troca de experiências, formação, reaplicação, divulgação (Portal RTS) e avaliação, foram abordadas. Seguem as análises e propostas trabalhadas pelos grupos sobre esse tema.

3.1. Organização e conectividade

Uma das formas de participação que a sociedade civil organizada tem buscado para socializar informações, elaborar propostas e fortalecer a democracia

é articular um conjunto de instituições em torno de objetivos e/ou temáticas comuns, em uma estrutura denominada Rede.

Rede tem o significado de entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formam uma espécie de tecido. A popularização desse termo se faz no âmago de uma nova forma de tecer o conhecimento em todas as áreas de atividades humanas: das ciências aos movimentos sociais, do mundo do trabalho à comunicação social e, no nosso caso, à Tecnologia Social. É um tecido de múltiplos conhecimentos prático-teóricos, que se relacionam complexa e transversalmente.

As Redes formam-se pela vontade e afinidade política e cultural de seus integrantes e sustentam-se pelas dinâmicas estabelecidas. Possuem estruturas flexíveis e movimentam-se por meio de relações horizontais, interconexas, nas quais todos os integrantes são, ao mesmo tempo, atores principais e coadjuvantes.

Para isso, é necessário discutir os conceitos e os significados que devem nortear as ações e tecnologias que integram a RTS (ver detalhes no item Formação e Capacitação), apresentando o conceito de TS a todos que se agreguem à Rede como premissa básica para a conexão e interconexão de entidades à RTS.

É fundamental o incentivo da prática da horizontalidade no trabalho da Rede (princípios e valores do Documento Constitutivo). Para tal, é necessário desenvolver e implementar mecanismos que permitam a colaboração horizontal, além de estratégias de conectividade e interconexão.



Plenária no 1º Fórum Nacional da RTS.

Para esse fim, foi sugerida a criação de grupos de trabalho temáticos e/ou regionais; organizar a rede em áreas específicas de TS, como energia, alimentação, água etc. Há um grande potencial nas novas tecnologias de informação e comunicação; portanto, a Rede deve buscar facilitar o seu uso, considerando inclusive as dificuldades ou pouca prática no uso das mesmas por parte de algumas entidades.

Houve sugestões de que as instituições participantes devam explicitar suas demandas na RTS, de modo a construir um projeto de longo prazo para a Rede. Contudo, surgiram preocupações no sentido contrário, de que a RTS não seja vislumbrada apenas como possibilidade de solução dos problemas ou de apresentação de demandas das entidades integrantes. Transformar a Rede em um espaço dessas demandas pode inviabilizar a construção de um projeto coletivo ou desviar os objetivos estratégicos da Rede, no longo prazo.

De acordo com essa ordem de preocupações, surgiram propostas de que a RTS busque formas de influenciar o lançamento de editais, favorecendo a TS em regiões mais desfavorecidas do país, bem como uma articulação com a finalidade de ampliar a pressão política para: a) viabilizar a criação de um canal estável de obtenção de recursos; b) estimular parcerias para fortalecer e garantir a sobrevivência dos projetos; c) fortalecer as relações de confiança entre seus membros; d) estimular ações que privilegiem o trabalho remunerado e não o voluntariado; e) buscar uma aproximação maior com as prefeituras; f) buscar a democratização dos meios de comunicação como TS, por meio do acesso à sua gestão e à construção coletiva da informação.

Foi proposta, ainda, a criação de espaços e estratégias de esclarecimento para órgãos de governo, ONGs e outros grupos sobre o que é a RTS e sua proposta. Também foi proposto que se privilegie estratégias de articulação que promovam o envolvimento de vários atores, possibilitando o compartilhamento e o acúmulo metodológico e conceitual sobre TS. Houve, além disso, uma sugestão de ampliar a representatividade da sociedade civil no Comitê Coordenador da RTS.



Adicionalmente, foi sugerida a promoção de ações de vivência entre os membros da Rede para estimular o sentimento de pertencimento, o protagonismo e a troca de experiência por meio de fóruns, conferências e eventos nacionais, regionais e locais, bem como de espaços formais nos eventos da RTS para que as experiências sejam compartilhadas como, por exemplo, exposições e estandes nos quais as instituições participantes possam mostrar as Tecnologias Sociais que desenvolvem e reaplicam.

É necessário estimular o comprometimento dos integrantes da RTS para que eles realizem também encontros e vivências nos locais em que desenvolvem as TS e para que ofereçam atividades nas quais as potencialidades e conhecimentos de cada instituição participante possam ser compartilhados. É importante aproveitar os espaços e eventos da RTS para a realização de mostras sobre as ações e TS já desenvolvidas (ver também item troca de experiências) com o intuito de integrar o saber tradicional com o saber desenvolvido pela universidade.

3.2. Regionalização

A consolidação da RTS passa também pelo fortalecimento de sua regionalização. Nesse sentido, os participantes indicaram a necessidade de se trabalhar a TS em fóruns regionais, conforme necessidades das regiões, interagindo com as prefeituras e estados, organizações da sociedade civil, empresas e comunidade. Deve-se promover encontros regionais por território (para preparar o Encontro Nacional) e investir em intercâmbios regionais, bem como no compartilhamento local.

3.3. Financiamento

Um dos aspectos importantes que tem dificultado o processo organizativo da sociedade civil e o fortalecimento de suas ações é, sem dúvida, a questão do financiamento. Para enfrentar essa dificuldade, os participantes do 1º Fórum da RTS apresentaram as seguintes propostas:

- a) Divulgar oportunidades de financiamento no Portal e os próprios integrantes da RTS devem ser os responsáveis pelo envio dessas informações.
- b) Incentivar tradicionais ou potenciais financiadores a utilizarem o Portal da RTS para divulgação de seus editais de financiamento e trabalhar no intuito de se construir um edital único para TS que articule os recursos das agências governamentais representados na Rede, com linguagem e operacionalização simplificada (MCT, Finep, Petrobras, Caixa, Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil, entre outros).
- c) Propiciar espaço para espécies de rodadas de negócio sobre os projetos de replicação de TS.



- d) Captar recursos dos fundos setoriais para reaplicação de TS e articular a criação de um fundo setorial específico para o financiamento de projetos de TS.

3.4. Articulação

O fortalecimento de qualquer Rede passa, indubitavelmente, pela sua capacidade de articulação, que mobilize parceiros, dêem visibilidade às suas ações e resultados obtidos e fomenta cada vez mais apoio para seu fortalecimento. A partir dessa compreensão, os grupos de trabalho do Fórum apresentaram as seguintes propostas à RTS:

- a) Incentivar parcerias com difusores e multiplicadores como os pontos de cultura, telecentros etc.
- b) Promover articulações com outras redes, a exemplo da Rede Interuniversitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs, Portal do Cooperativismo Popular e Rede de Gestores Públicos.
- c) Ser uma facilitadora/intermediadora entre instituições financiadoras, ITCPs, Organizações da Sociedade Civil, Movimentos Sociais, no sentido de sensibilizar essas instituições para a geração e reaplicação de TS.
- d) Participar, como RTS, das conferências de saúde, mulher, educação, cidades etc. demonstrando a contribuição da TS para a inclusão social e o desenvolvimento local sustentável e solidário.

3.5. Articulações com o governo

A articulação com os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e com as três esferas governamentais foi enfatizada. Essa questão foi detalhada no item sobre políticas públicas.

3.6. Articulações com universidades

Embora essa questão já tenha sido trabalhada no tema 01 (1.3), algumas propostas novas surgiram quando do debate do tema 03, o que consolida a idéia de inserção, de forma propositiva e participativa, das universidades no processo de reaplicação e difusão de TS, inclusive, potencializando o debate sobre o processo de formação acadêmica nas instituições de ensino, pesquisa e extensão para que ressignifiquem sua função social, na produção de conhecimentos que contribuam, efetivamente, no enfrentamento das desigualdades sociais e na promoção do desenvolvimento sustentável. Nesse

sentido, as contribuições dos participantes do Fórum foram importantes a partir das seguintes propostas:

- a) Induzir a participação da universidade para desenvolver e realizar pesquisas que possibilitem o desenvolvimento local (por meio de editais, fundos, bolsas, congressos etc.).
- b) Buscar o apoio das universidades, envolvendo-as no processo e trazendo para o debate o Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa.

É necessário incentivar a participação das universidades comunitárias, chamando o seu Fórum para a Rede, ampliando para além do Fórum de Pró-Reitores de Extensão.

- c) Cobrar das universidades (públicas, comunitárias etc.) e dos institutos de pesquisa, clareza sobre seus projetos de produção de C&T, buscando também intercâmbios no intuito de viabilizar tecnicamente os projetos sociais.

3.7. Troca de experiências

Durante as discussões, foi considerada fundamental a troca de experiências entre os participantes, a fim de se aproveitar o potencial de conhecimento e conexão proporcionados pela Rede e viabilizar a reaplicação de TS. Assim, propôs-se criar uma comunidade de prática virtual para discussões de experiências, de modo a dar continuidade às discussões pelo Portal, articulando as comunidades reais.

Deve-se também estimular a sistematização de conhecimentos tradicionais buscando aperfeiçoar técnicas já conhecidas pela população e realizar encontros organizados por atividades e/ou cadeias produtivas dos empreendimentos para troca de experiências presenciais sobre a TS.

3.8. Formação e capacitação

Quanto à formação e capacitação, surgiram preocupações relacionadas tanto a questões conceituais sobre TS, quanto de ordem prática, com relação direta às atividades desenvolvidas por cada entidade.

Em relação às questões de ordem conceitual, considerou-se necessário uma maior formação sobre o conceito de TS e de Rede, bem como ampliar a interação com as universidades para sugerir a criação de cursos de tecnólogos em TS. Nesse caso, não seriam só cursos presenciais, mas também à distância estendendo-os também para segmentos comunitários.



Em relação às questões de ordem prática, sugeriu-se a criação de um grupo de trabalho permanente que capacite as equipes das instituições da Rede quanto à captação de recursos, elaboração e gestão dos projetos e até de formação de quadros para garantir a continuidade dos processos. Isto em razão do fato de que articuladores, conhecedores de assuntos orçamentários, jurídicos e políticos podem agregar conhecimentos diversos aos demais participantes da RTS. Outra proposta colocada foi a realização de encontros organizados por atividades e/ou cadeias produtivas dos empreendimentos para troca de experiências presenciais sobre a TS.

3.9. Divulgação e Portal da RTS

Os participantes do Fórum consideraram estratégica a questão da Comunicação na RTS, destacando a necessidade de dar mais visibilidade às suas ações e indicando como instrumentos fundamentais:

a) Divulgação

Aumento das formas de divulgação das atividades da Rede. Deve-se pensar no uso de novas formas de divulgação como tutoriais, *blogs*, livros digitais, animações, cordel, música, entre outros, bem como aproveitar o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. A produção de publicações temáticas (cadernos, revistas, periódicos) para aprofundar e sociabilizar a troca de experiências foi considerada uma estratégia de divulgação interessante. O Portal pode ter materiais para imprimir e colar em paredes, possibilitando a divulgação da Rede em pequenos municípios. Outra possibilidade seria o aproveitamento da estrutura dos telecentros.

Foi proposta também a divulgação da RTS nos órgãos financiadores com os quais os integrantes mantêm contato. Outro ponto recorrente nas discussões foi a realização de encontros presenciais por regiões, para facilitar a presença dos integrantes, aproveitando para divulgar e incentivar o compartilhamento de experiências e conhecimentos no Portal, unificando o presencial e o virtual da RTS.

Outra proposta surgida foi a de se estudar a possibilidade de realização de concursos, prêmios e selos, mas não foi consensual. Por um lado, defendeu-se essa possibilidade não apenas para premiar os melhores, mas também para socializar aprendizados. Em contrapartida, questionou-se se iniciativas como essas estão de acordo com os princípios e valores da Rede (cooperação, igualdade, respeito às diferenças, entre outros).

b) Portal da RTS

A participação dos atores da RTS no Portal (por meio de artigos, fóruns, divulgação de relatos etc.) deve ser estimulada.

O Portal da Rede deve ser um canal de comunicação interativo e de troca, possuindo um espaço no qual as instituições possam mostrar seus trabalhos (com

textos e fotos) e possam obter informações sobre financiamentos, que deve ser alimentado por todos da Rede que tenham acesso a essa informação. Sugeriu-se a divulgação quinzenal, por *e-mail*, do resumo das discussões do Fórum, notícias e oportunidades de financiamento, além da disponibilização de *links* de apoio/consultoria gratuita, para o desenvolvimento e sustentabilidade dos projetos desenvolvidos pelos atores da rede.

O Portal pode utilizar como exemplo o formato das comunidades de relacionamento na internet, o portal do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), Rits etc. e promover capacitação *on-line* (técnica, elaboração de projetos).

3.10. Banco de dados

Em relação ao banco de dados de TS, há a necessidade de abrir para debate as informações que constituirão o mesmo, sendo a sua construção feita de forma participativa. Em princípio, foi sugerido que este contenha: 1) Georreferenciamento; 2) Contextualização (busca); 3) Buscar bancos (*links*) já prontos; 4) Teses e pesquisas de universidades; 5) Estratégias de divulgação em outros meios.

3.11. Avaliação

A preocupação com a avaliação das atividades da RTS foi recorrente e considerado de grande importância o fortalecimento do GT de Monitoramento e Avaliação.

Discutiu-se a criação de indicadores e metas ajustáveis a cada contexto para melhorar o acompanhamento e aprimoramento da transformação social e possibilitar maior reaplicação de TS.

Considerou-se importante também a divulgação do balanço das ações da Rede para a busca de consistência, transparência, sustentabilidade e legitimidade das ações da RTS junto aos órgãos e instituições financiadoras.

Propostas surgidas nos debates em plenária

Após a apresentação das contribuições dos grupos, os participantes em plenária foram pedindo destaque e apresentando emendas e sugestões que se estruturaram nas seguintes propostas:

a) Ampliar o debate sobre a proposta ideológica da RTS, problematizando o sentido da diversidade e coerência. Encaminhar para discussão o tema foco e território, abordando os processos de escolha (esclarecimento do processo) e coletando propostas que possam ampliar e melhorar a reaplicação de TS.



b) Incentivar o debate sobre o que deve ser respondido pelo Estado, por meio de políticas públicas e o que pode ou deve ser feito pela sociedade civil. É importante estimular a participação em mostras de TS e visitas às experiências diversas, enfatizando a importância do compartilhamento do conhecimento acumulado nas experiências tanto exitosas quanto não exitosas, a partir das lições aprendidas.

c) Aprofundar debate sobre propriedade intelectual e TS. Não houve convergência sobre a questão da propriedade intelectual, alguns são favoráveis ao registro de propriedade, outros acham que toda TS deve ser aberta, em todas as situações. Dois aspectos devem ser destacados: 1) é preciso aumentar o nível de informação dos integrantes da Rede sobre o tema; e 2) pode ser interessante para a RTS estudar o uso de licenças tipo *Creative commons*.²

² As Licenças Creative Commons permitem expandir a quantidade de obras disponibilizadas livremente e estimular a criação de novas obras com base nas originais, de uma forma eficaz e muito flexível, recorrendo a um conjunto de licenças padrão que garantem a proteção e liberdade – com alguns direitos reservados. Situam-se entre os direitos de autor (todos os direitos reservados) e o domínio público (nenhum direito reservado). Têm âmbito mundial, são perpétuas e gratuitas. Através das Licenças Creative Commons, o autor de uma obra define as condições sob as quais essa obra é partilhada, de forma proativa e construtiva, com terceiros, sendo que todas as licenças requerem que seja dado crédito ao autor da obra, da forma por ele especificada.

Conclusão

Algumas ações no âmbito da Rede de Tecnologia Social causaram grande impacto positivo nos/as participantes do 1º Fórum Nacional da RTS. Dentre as iniciativas, destacam-se: a apresentação, durante o encontro, do resgate histórico da caminhada da RTS em seu processo de constituição; a interlocução com diferentes atores; os instrumentos de comunicação produzidos (informativo eletrônico, Portal, folder institucional etc.); o número de associadas (de 38 para 478 em menos de dois anos); o volume de recursos investidos nos projetos (mais de R\$ 60 milhões) e os resultados já evidentes.

Na verdade, por tudo que vimos na sistematização dos debates descrita anteriormente, é possível observar que o Fórum se constituiu em uma grande oficina. Houve exposições acerca dos eixos temáticos, presenciamos o depoimento do seu Manuel Severino, agricultor da Paraíba, sobre as mudanças que os diferentes processos desencadeados pelos projetos em curso, apoiados pela RTS, vêm provocando no Semi-Árido, com a participação efetiva dos trabalhadores e trabalhadoras.

Além desses momentos, o Fórum garantiu o aprofundamento dos debates e a construção de propostas substantivas para a RTS. É claro que algumas são para além de dois anos e não dependerão somente da atuação da Rede, mas foram importantes de ser trazidas para o foco do debate.

Outros dois aspectos a considerar foram:

- 1) o espaço do salão de vivências, no qual muitas das associadas puderam expor seus trabalhos e intercambiar ações;
- 2) o fato de ter sido realizado junto com a Expo Brasil Desenvolvimento Local, permitindo maior visibilidade à RTS. A integração também viabilizou a participação das instituições da Rede em alguns painéis da Expo e dos participantes da Expo nas atividades da RTS.

A partir da avaliação realizada pelos/as participantes, com o auxílio de um instrumento norteador, esse momento de encontro e discussão foi fundamental para o processo de construção e fortalecimento da Rede de Tecnologia Social.

A avaliação também evidenciou que, apesar de algumas questões não terem acontecido a contento, como o tempo e o espaço destinados à troca de experiências, o resultado das discussões foi determinante para que as conexões da Rede se dinamizem e consolidem.

Outro destaque importante da avaliação desse 1º Fórum é que conseguiu evidenciar o diferencial, entre tantas redes existentes, da Rede de Tecnologia Social como um espaço de articulação e diálogo sobre TS, entre quatro atores

que, historicamente, têm pouco acúmulo de trabalho conjunto: governo, empresas, universidades e ONGs/movimentos sociais.

Esses quatro sujeitos coletivos vêm discutindo, aprofundando conceitos, reaplicando Tecnologias Sociais de forma democrática e participativa, na perspectiva da inclusão social e do desenvolvimento sustentável, fortalecendo experiências para que sejam transformadas em políticas públicas.

É evidente que muitas vezes há conflitos, tensionamentos. Mas tem se demonstrado um caminho viável para colocar a Tecnologia Social, definida como produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas em interação com a comunidade, como possibilidades de efetivas soluções de transformação social. Isso acontece porque considera as condições socioeconômicas e culturais locais. Estimula, ainda, do planejamento à execução e avaliação dos processos, a participação da comunidade como sujeito, respeitando seus saberes e possibilitando o intercâmbio com outros saberes mais sistematizados.

O momento agora é de, a partir de todas as reflexões e proposições feitas nos grupos de trabalho, construir uma estratégia para o biênio 2007-2008 que atenda às principais necessidades da Rede, seja para difusão, ações de reaplicação de Tecnologias Sociais ou para aprofundar os temas propostos, em uma dinâmica viva, horizontal, democrática e cada vez mais participativa.



Anexos

Programação 1º Fórum Nacional da RTS

5 de dezembro de 2006

Manhã

1ª Oficina de Comunicação da RTS

Tarde

1ª Oficina de Comunicação da RTS

16h às 18h Credenciamento

Noite

18h30 Apresentação do vídeo institucional da RTS

19h Mesa de abertura do 1º Fórum Nacional da RTS

20h20 Relato dos avanços e resultados da RTS

20h40 Apresentação da programação e da dinâmica do Fórum

21h Apresentação do livro “Mídia e Tecnologias Sociais”, Revista Sebrae Agronegócios – Tecnologias Sociais, Revista Primeiro Plano e outras publicações sobre TS

21h30 Coquetel de boas-vindas | Local: Fiesta Bahia Hotel

6 de dezembro de 2006

Manhã

9h30 Solenidade de abertura da V Expo Brasil Desenvolvimento
Local: Centro de Convenções da Bahia

Tarde

14h Mística de boas-vindas

14h30 Painel temático: Conceito de Tecnologia Social e histórico da RTS | Palestrante: Renato Dagnino (Unicamp)

Tecnologia Social e desenvolvimento sustentável |

Palestrante: Juarez de Paula (Sebrae)

Depoimento sobre o Projeto P1+2 – uma terra e duas águas
| Palestrantes: Manuel Severino (Agricultor) e Marilene Nascimento (ASA)

Debatedoras: Aldalice Otterloo (Abong) e Sônia Kruppa (USP)

17h Horário livre para participação na programação da Expo Brasil Desenvolvimento Local

Noite

Livre



7 de dezembro de 2006

Manhã

9h	Reflexões orientadoras para trabalho em grupo: Tecnologia Social e geração de trabalho e renda Palestrante: Jacques Pena (FBB)
	Tecnologia Social e políticas públicas Palestrante: Aelson Almeida (URB)
10h20	Trabalho em grupos simultâneos

Tarde

14h às 17h	Horário livre para participação na programação da Expo Brasil Desenvolvimento
17h	Plenária: apresentação da sistematização dos grupos

Noite

18h30 às 20h	Salão de vivências
20h	Momento de integração

8 de dezembro de 2006

Manhã

9h30	Reflexões orientadoras para trabalho em grupo: Dinâmica de Rede e Estratégia da RTS
	Palestrantes: Cássio Martinho (Consultor) e Larissa Barros (RTS)
10h20	Trabalho em grupos simultâneos

Tarde

14h	Plenária final: Apresentação da sistematização dos trabalhos em grupos e encaminhamentos
17h	Avaliação e encerramento

Artigos dos palestrantes

Os artigos a seguir resumem as palestras realizadas no 1º Fórum Nacional da RTS. Além de registrarem as reflexões realizadas em Salvador, são, sobretudo, estímulos para que as instituições da Rede dêem continuidade aos debates.

Tecnologia Social e Desenvolvimento

*Juarez de Paula**

A tarefa dessa nossa mesa é ajudar naquilo que vamos discutir depois nos grupos de trabalho. E o primeiro tema é o conceito de Tecnologia Social e sua relação com a questão do desenvolvimento. A minha tarefa aqui é falar sobre desenvolvimento. Como o tempo é curto, eu vou fazer um vôle panorâmico sobre algumas coisas.

O conceito de desenvolvimento, como qualquer outro conceito, é histórico, seu significado varia ao longo do tempo e é construído socialmente. Eu queria falar rapidamente de algumas mudanças que considero paradigmáticas.

O liberalismo pregava, no início do capitalismo, que quanto maior fosse a liberdade das empresas, maior seria o progresso humano e, portanto, quanto menor fossem as barreiras para o livre crescimento das empresas, melhor a economia iria funcionar, melhor a riqueza iria se produzir e se distribuir e maior seria o progresso da humanidade. Essa promessa do capitalismo não se realizou.

No ano de 1929, houve uma grande crise da Bolsa de Valores de Nova York e isso provocou um primeiro momento de reflexão sobre o conceito de desenvolvimento. Nesse primeiro momento, começou a se discutir sobre a importância do Estado como regulador da economia, para impedir a repetição daquele tipo de crise. Começou a se falar que, para o desenvolvimento, não seria bom que existisse aquela liberdade completa que o liberalismo pregava, mas que era importante haver algum tipo de intervenção reguladora do Estado no mercado.

O Estado, em momentos como os de crise, poderia fazer funcionar um “círculo virtuoso”, ou seja, o Estado poderia criar mecanismos para transferir renda e aumentar o poder de consumo das pessoas. Assim as pessoas comprariam mais, se elas comprassem mais as empresas se obrigariam a produzir mais, se



elas produzissem mais seriam gerados mais empregos, gerando mais empregos seriam pagos mais salários e pagando mais salários ocorreria mais consumo, criando um ciclo de crescimento econômico. Essa era a visão de um desenvolvimento regulado pelo Estado. Essa visão também fracassou. Essa promessa também não conseguiu se realizar completamente.

Depois que tivemos a Segunda Guerra Mundial, aconteceu a destruição de grande parte do parque produtivo industrial, sobretudo no território europeu, onde ocorreu a guerra. Daí surgiu uma visão de desenvolvimento dirigida para a reconstrução desses países. É exatamente nesse momento que surgem organizações como o Fundo Monetário Internacional – FMI, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – Bird, hoje conhecido como Banco Mundial, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O debate do desenvolvimento ficou muito em torno da reconstrução da economia de mercado no mundo.

Nas década de 1950 e 1960, o tema do desenvolvimento voltou a surgir com um componente novo. A partir da América Latina, a partir da Cepal, surgiu a teoria do subdesenvolvimento e toda a discussão de que o modelo de desenvolvimento que se pregava não era replicável. Segundo esta teoria, os países do mundo que ainda não tinham atingido o desenvolvimento não conseguiriam atingir simplesmente dando os mesmos passos dos países desenvolvidos, porque a dinâmica do desenvolvimento era desigual. Alguns países acumulavam a riqueza em detrimento dos outros que se mantinham como economias periféricas e subordinadas.

Essa teoria do subdesenvolvimento também inspirou um debate nos países menos desenvolvidos. No caso brasileiro, é nesse mesmo período que Celso Furtado elabora a teoria do desenvolvimento regional, explorando a questão das desigualdades regionais, a dinâmica do desenvolvimento do país, que concentra renda, concentra produto, concentra mercado, concentra riqueza em algumas regiões, em detrimento de outras. É daí que vem a proposta da Sudene e todas as outras Superintendências de Desenvolvimento Regional (Sudam, Sudeco), para promover o desenvolvimento a partir de políticas de planejamento governamental.

Na década de 1970, ocorreu o fenômeno do endividamento externo e surgiu a tristemente famosa “teoria do bolo”, no qual se dizia que primeiro era preciso fazer crescer a economia para depois distribuir a riqueza.

Na década de 1980, houve o fenômeno de uma década de estagnação econômica, chamada “década perdida”.

Na década de 1990, houve todo um debate sobre a globalização e a temática do desenvolvimento. A questão central era saber como se incluir no processo de globalização, de uma forma soberana ou de uma forma subordinada? Não se incluir era ficar fora de qualquer perspectiva de desenvolvimento.

Finalmente – evidente que eu estou fazendo aqui uma caricatura – surgiu o debate do desenvolvimento sustentável. Lógico que ele veio de uma acumulação de 30 anos de discussão, mas emerge agora como o grande debate. Hoje, discutir desenvolvimento é discutir sobretudo um modelo de desenvolvimento que seja sustentável, que seja incluyente, que nos assegure as possibilidades de sua reprodução no futuro.

Bom, é nesse contexto que a gente tem de começar a construir qual é o “nosso” conceito de desenvolvimento. Essa é a questão que interessa aqui para nosso debate. Muita gente fala do desenvolvimento, mas qual é o “nosso” conceito de desenvolvimento?

A primeira contribuição que eu queria mostrar é a seguinte: a gente tem de considerar que desenvolvimento não pode mais ser confundido com “crescimento econômico”. Durante muito tempo, fomos educados associando esses dois conceitos. Quando a gente fala em país desenvolvido, a gente pensa em país rico; quando a gente fala em cidade desenvolvida, a gente pensa em cidade grande. E hoje essa visão de desenvolvimento não se sustenta mais. Então, a primeira coisa a se pensar é que crescimento econômico é necessário, mas não é suficiente para gerar desenvolvimento.

O Brasil é um ótimo exemplo disso. Nós estamos há muito tempo pelo menos entre os 15 países mais ricos do mundo, considerando a medição que todo mundo adota que é o Produto Interno Bruto – PIB, as somas das riquezas produzidas pelos países. O Brasil oscila: já esteve entre os dez primeiros, já caiu, mas ele está sempre entre os 15 países mais ricos do mundo. Significa dizer que o Brasil pode ser considerado um país rico.

Todavia, se a gente perguntar ao povo brasileiro se ele se reconhece vivendo em um país rico, provavelmente a grande maioria das pessoas vai dizer que não, porque, a despeito de estarmos entre os 15 mais ricos nos últimos anos,



nós também estamos entre os dez de maior concentração de riqueza e renda. Já fomos, inclusive, os primeiros. Isso tem melhorado. Agora a gente está ali no décimo, quase saindo da lista dos dez mais desiguais, mais ainda estamos entre os dez mais desiguais.

Isso significa que apesar de crescermos economicamente, não fomos capazes de resolver a equação do desenvolvimento. Há muita riqueza no país, mas ela não se distribui. E há muita desigualdade. Portanto, a visão de desenvolvimento que a gente deve discutir no âmbito da RTS, deve considerar essas questões.

Vou usar alguns adjetivos que vêm sendo acoplados ao conceito de desenvolvimento. Para tentar explicar um novo conceito de desenvolvimento, a ONU vem trabalhando nos últimos 20 anos com o conceito de “desenvolvimento humano”. Inclusive o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD lança todos os anos o Relatório do Desenvolvimento Humano, e criou um índice, um indicador, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, para sair dessa medição de comparação de PIB. Passou para uma medição de desenvolvimento que compara o acesso à renda, à educação e à saúde na pretensa busca de qualidade de vida, que não se esgota, obviamente, nesses três indicadores, mas já representa uma evolução.

Então, quando a gente compara, por exemplo, os dez países com melhor PIB e os dez países com melhor IDH, eles são absolutamente diferentes, o que significa que para melhorar a qualidade de vida, ainda que o país precise de desenvolvimento econômico, não necessariamente precisa estar entre os países mais ricos do mundo para ser capaz de oferecer uma melhor qualidade de vida para a sua população. Exemplo clássico é a Noruega, que está longe de estar entre os países mais ricos do mundo, mas está há cinco anos em primeiro lugar com o melhor IDH do mundo.

A ONU, partindo desse tipo de reflexão, propõe que a gente trabalhe pelo “desenvolvimento humano”. O que é esse desenvolvimento humano? É uma visão de desenvolvimento que coloca as pessoas no centro, que compreende que quem faz o desenvolvimento são as pessoas, e que o destinatário do desenvolvimento são as pessoas, o desenvolvimento é para as pessoas.

Daí alguém argumentou: é muito legal que a ONU agora esteja falando de desenvolvimento humano, mas ele precisa ser também “social”, porque ele não pode ser só para algumas pessoas, tem de ser também para as pessoas do

Hemisfério Sul. Então começou a se falar em “desenvolvimento social”, de que ele precisa ser para as maiorias, não apenas para algumas minorias.

Também nesses últimos 30 anos, a partir da emergência do movimento ambientalista, começou a se falar cada vez mais em “desenvolvimento sustentável”, ou seja, que o modelo do desenvolvimento não pode comprometer a sua reprodução no futuro, que tem de haver um compromisso intergeracional, que tem de haver um compromisso de atender às necessidades das pessoas de hoje, mas também daquelas que ainda vão viver no futuro, que, portanto, não se pode esgotar os recursos hoje, comprometendo o desenvolvimento das pessoas no futuro.

Penso que o conceito de desenvolvimento que a gente poderia considerar, teria de ser um conceito que dialogasse com essas qualificações. Ele precisa ser “humano”, no sentido de que ele está voltado para as pessoas; ele precisa ser “social”, no sentido de que ele está voltado para a maioria das pessoas; ele precisa ser “sustentável”, no sentido de que ele deve manter o compromisso com as gerações futuras.

Partindo desse conceito, nós, na RTS, estamos dizendo que as Tecnologias Sociais são aquelas que contribuem pra construir essa nova visão de desenvolvimento. O que chamamos de tecnologia é o conhecimento aplicável, que se confunde, muitas vezes, com técnica, apenas. Na RTS, nós ampliamos essa visão. Estamos dizendo que para nós inclui técnicas, mas também inclui metodologias, processos, produtos, modos de fazer coisas. Coisas essas que contribuem para a inclusão social e para a construção dessa visão de desenvolvimento que acabei de falar.

Esse “modo de fazer as coisas” pode ser “reaplicado”. Não apenas “replicado”. Replicar é copiar. A gente colocou de uma forma um pouco diferente. Tem de ser “reaplicado”, com um outro significado.

O que a gente quer dizer com esse conceito de “reaplicação” é que essa tecnologia – que é o conhecimento aplicado, que é um produto coletivo – é um conhecimento que se reconstrói o tempo todo. Ele reconstrói-se com a participação de todos que interagem na aplicação desse conhecimento. Portanto, a Tecnologia Social é reaplicável porque ela é reconstruída, a cada momento, a cada vez que ela for aplicada pelos atores que estão envolvidos e isso é um produto de construção coletiva. Por isso ela se atualiza a cada momento.



A Tecnologia Social, além de ser reaplicável, precisa trazer solução para os problemas e precisa contribuir para a inclusão social, ou para a construção desse modelo incluyente e sustentável de desenvolvimento.

Gostaria de terminar, nos últimos três minutos que me restam, dizendo o seguinte: ninguém tem a equação dessa visão de desenvolvimento, mas quem estuda desenvolvimento estuda por meio de comparações. E eu vou arriscar colocar aqui cinco componentes que a gente deve levar em conta na construção desse novo modelo de desenvolvimento.

O primeiro é o “capital humano”. Eu acredito que não há desenvolvimento sem investimento nas pessoas. Nós trabalhamos com pessoas e as pessoas têm um valor intrínseco. Então, a primeira idéia é essa: entender que não há desenvolvimento sem o investimento no capital humano, o que significa dizer que não há desenvolvimento sem investir nas pessoas. As pessoas devem ser trabalhadas na sua auto-estima, na sua autoconfiança. Quando a gente não acredita na gente mesmo, a gente não realiza nada. Não há desenvolvimento no qual as pessoas não tenham essa auto-estima elevada, não tenham essa autoconfiança nas próprias capacidades.

O segundo componente é o “capital social”. O que chamamos de capital social tem a ver com o nível de confiança e cooperação entre as pessoas, ou seja, quando as pessoas confiam umas nas outras, quando as pessoas se organizam. Então, nós precisamos investir na capacidade delas de confiar umas nas outras, de cooperar uns com os outros, se organizar para depois poderem se empoderar. Para que elas possam tomar as decisões que realmente importam.

O terceiro componente do desenvolvimento é o chamando “capital natural”. Tem a ver com essa questão da sustentabilidade. Precisamos compreender o funcionamento da natureza, compreender as formas de reprodução do ciclo natural para poder explorar a natureza sem esgotar os recursos naturais. E isso exige conhecimento e tem tudo a ver com a tecnologia.

O quarto componente é o que chamo de “capital produtivo”. São as empresas, mas também precisamos pensar em um novo modelo de empresa. Eu falo sempre que as organizações religiosas, as organizações militares e as empresas têm se mostrado, ao longo da história da humanidade, os tipos de organizações menos tocadas pelo fenômeno da democracia. E elas são organizações muito importantes na sociedade. As organizações religiosas, as organizações militares e as organizações empresariais não têm democracia. Nessas organizações não há horizontalidade. São organizações com base no

padrão de verticalidade, de hierarquia, de comando, de ordem, de disciplina e de obediência. Nós precisamos repensar isso, se queremos um novo modelo de desenvolvimento.

E, por último, uma coisa que é a razão de ser da instituição onde trabalho, o Sebrae. É o que chamo de “cultura empreendedora”. Não há desenvolvimento sem cultura empreendedora, sem a vontade de mudança, sem a vontade de fazer acontecer.

Acho que esse é o desafio da RTS: pensar o modo de fazer, de construir um novo modelo de desenvolvimento, que precisa ser incluyente e precisa ser sustentável.

Obrigado.



**Sociólogo e Gerente de Agronegócios e Territórios do Sebrae Nacional.*



RTS: avanços e desafios

*Larissa Barros**

Nesse momento histórico de realização do 1º Fórum Nacional da RTS, gostaria de trazer algumas reflexões como contribuição à discussão sobre a dinâmica de rede que temos construído e os desafios que temos pela frente.

Para isso, procurarei fazer uma conexão entre os elementos e provocações que Cássio Martinho nos trouxe, analisando a forma como a Rede vem trabalhando e pensando em quais passos fundamentais precisamos dar no próximo biênio.

Começarei, então, trazendo a forma como a Rede está funcionando até agora e, em seguida, apresentarei algumas idéias para provocar e orientar o nosso debate posterior. Essas idéias já vêm sendo discutidas desde as Oficinas Regionais da Amazônia Legal do Semi-Árido (realizadas em abril e maio de 2006, respectivamente) e também foram retomadas nas discussões anteriores nesse Fórum.

Como pano de fundo, rememoro a missão da RTS, de “reunir, organizar, articular e integrar um conjunto de instituições a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável, mediante a difusão e a reaplicação, em escala, de Tecnologias Sociais (TS)”.

Ou seja, o que nos une é o trabalho em torno das TS.

A Rede tem, ainda, o propósito de estimular:

- A adoção de Tecnologias Sociais como políticas públicas.
- A apropriação pelas comunidades das Tecnologias Sociais reaplicadas (processo que precisamos construir).
- O desenvolvimento de novas Tecnologias Sociais.

E quem faz a RTS? São instituições da sociedade civil, organismos de governos, empresas, universidades e institutos de pesquisa, voltados à reaplicação, difusão, desenvolvimento, monitoramento e avaliação de Tecnologias Sociais.

Hoje, a estrutura de governança da Rede é assim composta:

- Fórum Nacional, do qual participam todas as instituições que aderiram à RTS e que está se reunindo pela primeira vez nesses dias.
- Comitê Coordenador.

E há os seguinte espaços de intercâmbio e discussão estabelecidos:

- Oficinas regionais e encontros temáticos, sendo estes uma proposta encaminhada pelas oficinas regionais, devido à grande demanda pelo aprofundamento de várias questões conceituais.
- Grupos de Trabalho.

Só para lembrar, hoje a RTS conta com três Grupos de Trabalho em atividade: Comunicação, Portal da RTS e Monitoramento e Avaliação. Esses grupos estão sempre abertos a novas participações e outros podem ser formados.

Contamos também, como apoio ao funcionamento da Rede, com a Secretaria Executiva, equipe formada por quatro pessoas.

A composição do Comitê Coordenador, nesse primeiro biênio, é:

- Mantenedores (instituições que mantêm a Rede financeiramente e também contribuem para sua manutenção política, participando das reuniões mensais, discutindo e construindo o dia-a-dia da RTS): Caixa Econômica Federal, Fundação Banco do Brasil, Financiadora de Estudos e Projetos, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Integração Nacional, Petrobras e Sebrae.
- Articuladores de Redes Sociais: Associação Brasileira de ONGs – Abong; Articulação do Semi-Árido Brasileiro – ASA; Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, e Grupo de Trabalho Amazônico – GTA.
- O Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras – Forproex, representa as universidades e instituições de ensino, pesquisa e extensão.
- Há também a participação, como divulgadora, da Secretaria de Comunicação Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República.



As linhas de atuação da RTS são a reaplicação e a difusão de conhecimentos e experiências.

Na reaplicação, no biênio 2005-2006, o foco é a geração de trabalho e renda. Ou seja, os projetos aprovados pelos mantenedores têm como objetivo o apoio a Tecnologias Sociais com esse fim.

Há também a definição por atuar prioritariamente nos territórios: Semi-Árido e Sertão do São Francisco; Amazônia Legal; e Periferia de Grandes Centros Urbanos e de Municípios de Regiões Metropolitanas.

É assim que está se dando o processo de reaplicação de TS. Com esse foco e nesses territórios.

Para a execução das ações de difusão, temos utilizado como instrumentos: o Portal da RTS: o informativo eletrônico “Notícias da Rede”; vários eventos que a Rede tem promovido, sendo o Fórum Nacional o mais importante deles; os vários veículos de comunicação das instituições que fazem parte da RTS; os eventos das instituições parceiras, em que temos ido para discutir e aprofundar o conceito de TS e apresentar experiências; e também os Prêmios das instituições parceiras, que têm incluído nos seus editais a dimensão TS como critério ou mesmo como uma categoria de premiação.

Os próximos passos

A partir das oficinas regionais, das discussões que já aconteceram no Fórum Nacional e de algumas reflexões que tenho feito nesse primeiro biênio da Rede, elenquei alguns desafios que gostaria de propôr que sejam considerados nos debates.

Para ser mais didática, organizei esses desafios em três dimensões: a articulação, a difusão e a reaplicação.

Articulação

Na dimensão “Articulação”, eu coloco como primeiro ponto a ser trabalhado o aprofundamento da participação das instituições que já aderiram à Rede, que trará como conseqüência maior o fortalecimento da Rede.

Quando a Rede foi constituída, em abril de 2005, estavam envolvidas 30 instituições; hoje são 444.

Evidentemente, os canais de participação que foram pensados inicialmente não são suficientes para promover o envolvimento da totalidade das instituições que atuam depois desses quase dois anos.

Só que ninguém vai chegar aqui e dizer quais são os melhores instrumentos que todos nós poderemos utilizar para promover essa maior integração e participação.

As proposições devem sair desse Fórum. Nós é que temos de pensar.

Eu acho que esse desafio é muito importante, porque são esses canais que vão possibilitar que aprofundemos todas as outras questões, com que atuemos cada vez mais como uma grande rede. E isso, para mim, é central. Precisamos aprofundar a participação e criar mecanismos para esse fim. Pode ser por meio de grupos de trabalho, fóruns virtuais e muitos outros.

Também é importante pensarmos em como vamos operacionalizar isso.

Não adianta propormos, por exemplo, a formação de vários grupos de trabalho, definir os temas e a periodicidades das reuniões e não refletirmos sobre as formas de fazer isso tudo acontecer.

Outra questão é a participação da Rede e suas instituições em espaços de governo.

Esse tema foi tratado neste Fórum por Aelson Almeida. Existem vários canais de participação no governo e precisamos levar o tema “Tecnologia Social” para esses espaços.

E também podemos propor a constituição de outros espaços. O Sistema de Ciência e Tecnologia que existe no país, por exemplo, quase não considera como seu componente a TS.

Foi criada, no governo do Presidente Lula, a Secretaria de Ciência de Tecnologia para Inclusão Social, que já faz parte da Rede. Mas mesmo desse espaço precisamos nos aproximar mais, para que conjuntamente possamos construir propostas que dinamizem e fortaleçam a sua atuação.



Difusão e formação

Outra dimensão dos desafios que se colocam para a RTS neste momento é o referente à difusão de conhecimentos e experiências e à formação das pessoas.

Começo dizendo que é fundamental reforçar e ampliar as conexões entre os diversos pontos da Rede, fazendo que a troca de experiências se aprofunde.

Essa questão tem relação com a identificação de canais de participação, que eu já falei anteriormente, mas aqui quero destacar o aspecto da troca, da difusão.

Como é que, a partir dos instrumentos disponibilizados, vamos conseguir difundir conhecimento já sistematizado nos municípios, nas comunidades? E como vamos promover a troca, constituir espaços de diálogo entre essas experiências?

Fica essa questão para aprofundarmos nos debates.

O Portal da RTS é um veículo fundamental de difusão. Imagino que hoje é o mais importante deles, porque está no ar desde o lançamento da RTS. Entretanto, precisamos dar prioridade à criação do banco de dados de Tecnologias Sociais. Algumas delas já estão sistematizadas e disponibilizadas, mas ainda é pouco. Penso ser necessário um espaço muito maior e, talvez, até mais de um espaço para esse fim. Também é preciso refletir sobre isso e priorizar essa questão.

Quanto à formação, está clara a necessidade (trazida das oficinas regionais e enfatizada no Fórum) do aprofundamento do debate sobre Tecnologia Social e políticas públicas. Precisamos pensar e definir quais são os canais que utilizaremos para construir e propor políticas públicas que considerem a TS como instrumento de inclusão social e de promoção do desenvolvimento.

Além disso, há a demanda por uma maior discussão acerca do conceito de TS. Já foram, inclusive, explicitadas algumas propostas de agregação de novos elementos ao conceito com o qual trabalhamos hoje. Esta reflexão também é muito importante.

Um dos momentos marcantes do processo de discussão sobre a constituição da Rede foi a realização da 1ª Conferência Internacional de TS (novembro de 2004), na qual esse tema foi amplamente discutido.

Existe, desde essa época, a decisão pela realização da 2ª Conferência. Esse evento será aberto, não é interno à Rede, para que tragamos experiências de outros países e que possamos ampliar a nossa visão acerca do conceito de TS.

Reaplicação

Por fim, considerando a dimensão da reaplicação de Tecnologias Sociais, proponho que façamos uma reflexão sobre dois aspectos:

Primeiramente, como poderemos dar escala à reaplicação de TS. Penso que podemos seguir duas linhas:

- Dar continuidade e até ampliar o investimento em alguns projetos que já estão em execução e têm mostrado resultados bastante consistentes.
- Construir espaços de diálogos voltados à formação de novas alianças e parcerias. Sempre falamos que uma das grandes riquezas dessa Rede é que ela congrega organizações tanto do terceiro setor, como universidades, empresas e governos. Pois bem, é preciso aproximar essas instituições e pessoas, a fim de ampliar a escala da reaplicação de TS nos diversos territórios do Brasil.

São esses os pontos que gostaria de destacar. Sei que há inúmeros outros que já foram levantados, iniciando essa discussão.

A proposta agora é que a gente “mergulhe” na RTS, a partir dos desafios que temos como Rede, na perspectiva de estabelecermos e consolidarmos cada vez mais relações horizontais, democráticas e dialógicas.

Uma coisa é certa: não existem ainda respostas a essas questões. A idéia é que tiremos algumas do Fórum e iniciemos, de forma bem consistente, esse processo de discussão da Rede.



**Socióloga e Secretária Executiva da RTS.*



Política Científica e Tecnológica e Tecnologia Social: buscando convergência

*Renato Dagnino, Rodrigo Fonseca, Henrique Novaes,
Lais Fraga, Carolina Bagattolli, Márcia Tait,
Milena Pavan Serafim, Rafael Dias, Rogério Silva**

1. Introdução

Este trabalho foi motivado pelo convite formulado pelos editores dessa publicação a um dos expositores do Fórum Nacional da Rede de Tecnologia Social para que abordasse algum tema que julgasse importante para complementar sua exposição. A decisão de produzi-lo como um texto coletivo deve-se ao fato de que grande parte do conteúdo aqui apresentado é fruto do trabalho da equipe que ajudou na coordenação do Fórum.

Ele tem a intenção de mostrar a necessidade de que a RTS busque promover uma convergência entre a Política Científica e Tecnológica (PCT) e o conjunto de políticas públicas relacionadas ao tema da Tecnologia Social. A partir de uma abordagem analítica do desenvolvimento da PCT, questionamos a sua adequação à condição periférica que caracteriza o capitalismo brasileiro e propomos uma nova forma para a sua elaboração que permita um enfrentamento adequado desta condição.

A discussão que o texto aborda não foi objeto central de palestras realizadas durante o Fórum, mas nos parece estar no cerne da questão da Tecnologia Social. Isso porque a mobilização de um número crescente de atores que intervêm na definição da agenda da pesquisa científica e tecnológica brasileira e da elaboração desta PCT nos parece ser um elemento central para a sustentabilidade da proposta de Tecnologia Social.

Dessa forma, discutiremos aqui a trajetória da PCT, sua desconexão com a condição brasileira e a possibilidade de sua adequação ao movimento de Tecnologia Social. Sobre esse aspecto, destacamos a mudança que nos parece possível e necessária no papel desempenhado pela comunidade de pesquisa no enfrentamento da condição social brasileira.

2. A trajetória da Política Científica e Tecnológica brasileira

No Brasil, foi adotado até o fim dos anos 1990 o modelo clássico de política científico-tecnológica. Com base em um mecanismo de oferta de conhecimento, em que pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e inovação eram vistos como fases de um processo que guardavam entre si uma relação de causalidade seqüencial-linear. Esse modelo tem sido denominado de Modelo Institucional Ofertista Linear. Segundo ele, o desenvolvimento social seria obtido a partir da pesquisa científica e o meio acadêmico seria o lócus ideal para o início daquele processo virtuoso. Em seguida viria o desenvolvimento tecnológico, que levaria à inovação, que traria por consequência o desenvolvimento econômico e, como decorrência “natural”, o desenvolvimento social.

No fim dos anos 1990, esse modelo foi questionado pela ênfase no que seria a fase da inovação. A inovação seria estimulada mediante a intervenção do Estado na criação de condições mais favoráveis para um tipo especial de agente econômico – a empresa privada – que, teoricamente, estaria interessado em realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento. Esse movimento, que tem como pontos emblemáticos a criação dos Fundos Setoriais, no Ministério da Ciência e Tecnologia e a promulgação da Lei da Inovação, deslocou o foco da PCT para a empresa privada. A qual, desde a década de 1980, passara a ser considerada como o “lócus da inovação” pela literatura produzida nos países de capitalismo avançado sobre Economia da Tecnologia (que depois recebeu a denominação de Teoria da Inovação ou Economia da Inovação).

Essa concepção deslocou o foco de legitimação da política da academia para a empresa privada. As idéias de linearidade e causalidade entre os elementos daquele processo foram substituídas pela compreensão de que aquelas fases não eram consecutivas e, embora inter-relacionadas, possuíam uma certa autonomia. Passou-se a aceitar que caso ações de estímulo fossem desencadeadas em qualquer uma delas ocorreria um efeito sinérgico de indução.

No entanto, quando essa abordagem passou a orientar a PCT brasileira, na segunda metade dos anos 1980, e, lamentavelmente, até a atualidade, alguns elementos foram, propositalmente ou não, desconsiderados.

Há muito tempo se sabe que na periferia do capitalismo os mecanismos de acumulação de capital são distintos daqueles dos países centrais. E já desde



os anos 1960, autores latino-americanos constataram que isso leva a um estrutural reduzido interesse das empresas pelo conhecimento “ofertado” pela comunidade de pesquisa.

Hoje ganha força a idéia de que despertar esse interesse é o único caminho para o desenvolvimento do país. Daí a reorientação maniqueísta em curso da nossa PCT que coloca como única alternativa à agenda (ou conjunto de interesses relativos à PCT) da comunidade de pesquisa - até há pouco hegemônica - a agenda da empresa privada. Sem lembrar que a agenda de um terceiro ator - o Estado - foi, em muitos e muitos casos, decisiva para o êxito logrado na América Latina em termos do aproveitamento de nosso potencial de C&T para a produção de bens e serviços, especialmente pelas empresas estatais.

Essa perspectiva também “esquece” que existe uma outra agenda - a dos movimentos sociais - que contém desafios tecnológicos e científicos de alta complexidade e elevado impacto econômico e social. Agenda, a qual, em decorrência da especificidade, originalidade e escala das demandas da maioria da nossa população, não pode prescindir para a sua satisfação da nossa comunidade de pesquisa; ao contrário do que tem mostrado a experiência que temos assistido no âmbito da empresa e do Estado.

O fato de que nossa condição periférica tende a gerar efeitos distintos (ou até contraditórios) daqueles obtidos nos países centrais por uma dada medida de política pública, embora há muito conhecido, não tem sido levado em conta de maneira satisfatória. Mesmo porque a adoção daquela literatura importada como uma espécie de manual universal de como elaborar políticas que estimulem a inovação para, assim, promover a competitividade e o desenvolvimento social gera um ambiente pouco propício para a concepção de marcos analítico-conceituais originais para a elaboração da PCT.

3. Elementos para uma inflexão na trajetória

A posição aqui defendida não vai na direção de atender a uma agenda da empresa que muitos consideram latente e, sim, de atender à agenda emergente dos movimentos sociais.. É urgente que o segmento crescente da comunidade de pesquisa insatisfeito com o nosso desastre social passe a atuar com vigor semelhante ao daquele segmento que hoje defende os interesses da empresa privada no processo decisório da PCT. O fato de que esse segmento, por pertencer à comunidade de pesquisa tenha ontem propugnado o Modelo Institucional

Ofertista Linear e dele se beneficiado não deve levar a confusões. Não parece ser a agenda da empresa e sua Tecnologia Convencional, mas a agenda dos movimentos sociais e a Tecnologia Social a que permitirá a sua realização profissional como docentes e pesquisadores que trabalham com conhecimento original, novo e avançado, e a legitimação social capaz de possibilitar o justo apoio da sociedade a suas atividades.

Contudo, para que esse segmento da comunidade de pesquisa insatisfeito com o desastre social e com a forma como é conduzida a PCT dê este passo em direção a uma nova agenda faz-se necessário uma mudança significativa na sua concepção, no seu modelo cognitivo, sobre ciência, tecnologia e sociedade. A idéia da Neutralidade da Ciência e do Determinismo Tecnológico está fortemente arraigada no meio acadêmico, constituindo-se em um senso comum genericamente aceito. Superá-la significa compreender a ciência e tecnologia como construções sociais fortemente relacionadas às forças econômica e politicamente dominantes na sociedade, mas que podem também ser impregnadas com valores e interesses defendidos por outras forças sociais.

É possível atribuir a muitos dos atores que intervieram ao longo da história da PCT latino-americana, como professores, pesquisadores, analistas, fazedores de política, uma sincera vontade de favorecer na sua práxis valores e projetos semelhantes aos que hoje aparecem e são enfeixados no movimento da Tecnologia Social. Em nível da coerência político-ideológica, essa identificação pode ser constatada pela forma como se posicionavam frente a questões de natureza socioeconômica ou política pertencentes à agenda latino-americana, nacional ou institucional. Em nível do seu discurso sobre a PCT, essa identificação costumava aparecer em declarações do tipo “é necessário colocar o conhecimento científico e tecnológico disponível, que até agora serviu apenas aos interesses das classes proprietárias, a serviço do desenvolvimento do conjunto da sociedade”.

Uma olhada em perspectiva mostra que, embora essa identificação com os movimentos sociais tenha sido majoritária durante o período anterior aos regimes militares, em que se radicalizou a universidade latino-americana, foi pouco o que se alcançou em termos da adoção de uma agenda de pesquisa mais próxima aos interesses desses movimentos. E, menos ainda, o que se logrou em termos de iniciativas que tenham buscado tomar aqueles interesses como alvo para a elaboração da PCT.

Isso talvez se deva a uma impossibilidade estrutural de que, partindo do território cognitivo delimitado pela C&T que se conhecia, praticava, difundia



ou se queria emular (a C&T que os críticos então referiam como sendo a dos países centrais, mas que, como temos argumentado é a C&T capitalista), é impossível (e em nossa opinião, continua sendo) efetivar uma mudança significativa na PCT.

Atualmente, pesquisadores latino-americanos mais comprometidos com o pensamento de esquerda, alguns deles ligados a movimentos como o da Economia Solidária, das Fábricas Recuperadas, da Tecnologia Social, estão engajados na renovação do marco analítico-conceitual com o qual se analisa e elabora a PCT. Dois procedimentos podem ser observados. O primeiro é sobre o papel da tecnologia na acumulação capitalista. O segundo, é o da crítica que tem sido crescentemente veiculada à concepção neutra e determinista da C&T, ainda dominante entre os marxistas ortodoxos.

Esses procedimentos, que levarão à desmistificação de arraigadas crenças, ao abandono de estratégias que visam reproduzir trajetórias que têm conduzido alhures a situações social, econômica e ambientalmente insustentáveis, são imprescindíveis para que possamos ser mais eficazes que nossos antecessores na mudança da PCT. Esse é o complemento do processo que estamos assistindo, de radicalização de um segmento crescente da comunidade de pesquisa que se sente identificada no plano ideológico com os valores e o projeto político defendido pelos movimentos sociais.

4. A importância da Tecnologia Social para a reorientação da Política Científica e Tecnológica brasileira

A Tecnologia Social pode ser entendida como um elemento prático e concreto que materializa a argumentação antes desenvolvida. A proposta da Tecnologia Social significa, em lugar da perseguição de um restrito resultado econômico do processo de produção do conhecimento, um deslocamento do vetor de orientação diretamente para o resultado social, percebido como melhoria no plano coletivo (qualidade de vida, em seus diversos aspectos) ou numa maior eficiência na gestão pública com finalidades sociais.

Em lugar da apropriação privada do resultado, com ganhos privados, a Tecnologia Social preconiza a apropriação coletiva dos resultados, propiciando um modo radicalmente distinto de conformação do espaço socioeconômico. Não se trata, pois, de agir apenas no espaço social, entendido como de natureza posterior ao espaço econômico a ser satisfeito com precedência, como antagônico e excludente em relação àquele. Trata-se de agir no espaço socioeco-

nômico de uma forma que privilegie os resultados que podem ser apropriados coletivamente, seja em termos econômicos e tangíveis, seja em termos sociais e intangíveis.

Conceitualmente, a Tecnologia Social tem por objetivo dotar um dado espaço socioeconômico de aparatos tecnológicos (produtos, equipamentos, etc.) ou organizacionais (processos, mecanismos de gestão, relações, valores) que permitam interferir positivamente na produção de bens e serviços e, assim, na qualidade de vida de seus membros, gerando resultados sustentáveis no tempo e reproduzíveis em configurações semelhantes.

No plano analítico ou teórico, a Tecnologia Social propõe uma forma participativa de construir o conhecimento, de fazer ciência e tecnologia. Propõe uma alternativa de intervenção social inclusiva em todos os seus momentos, que indique um desenvolvimento no sentido amplo desta palavra. Para tanto, a TS deve possuir algumas características: ser adaptada a pequenos produtores e consumidores de baixo poder econômico; ser orientada para o consumo de massa e, preferencialmente, das próprias comunidades envolvidas; incentivadora do potencial e da criatividade do produtor direto e dos usuários; e capaz de viabilizar economicamente empreendimentos autogestionários como, cooperativas populares, fábricas recuperadas e pequenas empresas.

No plano da intervenção social, material ou concreta, muitas das iniciativas definidas como “Tecnologia Social” encontram-se um tanto distantes das formulações desenvolvidas no plano analítico. Essa distância é de certa forma compreensível, uma vez que a maior parte das pessoas envolvidas com o plano da intervenção social não chega ao tema pelo caminho da reflexão teórica, mas a partir da percepção mais ou menos difusa de que a exclusão social possui uma componente tecnológica e que, por isso, alternativas à tecnologia convencional devem ser urgentemente buscadas. Para essas, a TS nasce não como um conceito previamente formulada, mas como uma categoria que agrupa soluções possíveis ao problema da exclusão, que emergem como e capazes de alavancar a inclusão.

Essa situação leva a uma certa subestimação, no plano da intervenção social, da inadequação da tecnologia convencional às premissas da inclusão social. Embora no plano analítico já se haja consolidada a visão de que a tecnologia convencional, por incorporar na sua construção os valores e interesses intrínsecos à relação de forças econômicas e políticas vigente no sistema socioeconômico em que vivemos, é incapaz de combater efetivamente as causas da exclusão. O movimento de aproximação entre os planos conceituais e de



intervenção social só pode ser realizado pela construção de um “enfoque tecnológico” para a questão da inclusão/exclusão social.

Esse enfoque tecnológico permitirá compreender a TS em seu sentido realmente transformador, como uma tecnologia desenvolvida em conjunto pelos atores sociais interessados mediante um processo inovativo que mais do que possibilite, provoque sua “contaminação” com os valores e interesses desses atores.

É importante ressaltar que o conceito de Tecnologia Social não deve ser estendido a qualquer atividade ou projeto (ou, genericamente, metodologia) concebido com vistas à redução da exclusão social. Em nossa visão, a Tecnologia Social deve ter como referência a produção de bens e serviços. A causa da exclusão situa-se na órbita da produção e não na órbita da circulação, do mercado. Só haverá uma verdadeira transformação da sociedade no sentido da diminuição da exclusão social quando encontrarmos uma forma de produzir diferente daquela que o capitalismo engendrou. Por essa razão, consideramos que o conceito deve ser reservado para designar artefatos (máquinas, equipamentos, ferramentas, insumos de produção etc.) e metodologias (processos de produção e gestão da produção, mudanças na organização do trabalho etc.) cuja incidência na órbita da produção seja passível de clara identificação.

A Tecnologia Social caracteriza-se por conter: efetivas estratégias de sustentabilidade e reprodutibilidade; mecanismos de apropriação coletiva dos resultados gerados; e uma integração *ex-ante* entre “demanda” e “oferta” de conhecimento, usando elementos que promovam desenvolvimento sustentável, combinando competências e atividades econômicas locais.

O efeito inovador da Tecnologia Social não reside necessariamente em seu ineditismo. Ele está associado às condições locais de seu desenvolvimento e aplicação (binômio indissociável que, acertadamente, foi denominado pela Economia da Tecnologia de inovação). É por isso provável, e desejável, que uma determinada Tecnologia Social, que já foi aplicada em determinado contexto ou espaço suscite soluções e processos de Adequação Sociotécnica distintos dos convencionais. Assim, repetir experiências exitosas tenderá a ser um processo profundamente inovador com resultados também inovadores.

Enquanto no espaço econômico tradicional a inovação (cujo resultado tem sua apropriação privada garantida pelo Estado por meio da “propriedade intelectual”) cria riqueza para poucos, no espaço da Tecnologia Social o resultado positivo da inovação é coletivo. Isso porque ele decorre, precisamente,

da capacidade do empreendimento de natureza social conter, como elemento constitutivo, a capacidade de reproduzir-se e difundir-se coletivamente. Uma Tecnologia Social não gera mais riqueza por ser inédita e restringir a abrangência de seu uso a poucos. Ao contrário, ela cumpre seu objetivo se consegue, a partir dos seus elementos constitutivos, reproduzir-se e difundir-se.

As políticas públicas podem adotar a Tecnologia Social de duas maneiras:

- a) Utilizando a Tecnologia Social como um tema transversal que perpassa todos os campos, como uma política-meio em relação às demais políticas, identificando em cada um desses campos quais os conteúdos que podem comportar a abordagem da Tecnologia Social; e
- b) Colocando a Tecnologia Social como orientadora da PCT, visando diretamente à promoção do desenvolvimento social. Busca-se, neste caso, apoiar ações que conectem diretamente a produção do conhecimento, onde quer que ela ocorra, com as demandas sociais. Supera-se, dessa forma, a relação indireta entre o empreendimento científico-tecnológico e o desenvolvimento social. Isto é, a intermediação da ação da política pela empresa privada, que se constitui na condição de reprodução do capital e na apropriação privada do excedente econômico.

Qualquer que seja a maneira como as políticas públicas enfoquem a Tecnologia Social, elas terão de estimular o uso intensivo de combinações não-convencionais de recursos materiais e pessoas, tecnologias e mecanismos de gestão para potencializar resultados sociais apropriáveis pelas comunidades negativamente afetadas pelo estilo de desenvolvimento econômico hoje dominante.

5. Conclusão

A partir de uma análise sobre a adequação da PCT brasileira a nossa condição periférica, destacamos o papel que pode desempenhar o movimento da Tecnologia Social na sua reorientação. Nosso argumento é que a TS pode ajudar a despertar no interior do segmento da comunidade de pesquisa, que hoje se mobiliza contra o desastre social brasileiro a consciência acerca da possibilidade de uma alternativa ao maniqueísmo da PCT atual (agenda da comunidade de pesquisa *x* agenda da empresa privada). A consciência de que a adoção da agenda dos movimentos sociais como vetor para a orientação da PCT apresenta vantagens para a comunidade de pesquisa, para a grande maioria da população e para o país.



Para que isso ocorra, é preciso superar, dentro e fora da comunidade de pesquisa, o senso comum da Neutralidade da Ciência e do Determinismo Tecnológico. A aceitação de que a ciência não é neutra, mas sim um resultado de relações e valores sociais e que a tecnologia não tem um caminho predeterminado, definido endogenamente, é um passo imprescindível.

Superada essa compreensão, pesquisadores e movimentos sociais poderão olhar uns para os outros como parceiros na construção de conhecimento novo, de novas formas de produzi-lo por meio da incorporação de novos valores no ambiente da pesquisa.

Só assim o segmento da comunidade de pesquisa que crescentemente se envolve com o combate à exclusão social terá espaço acadêmico e política para alterar proativamente seu comportamento no sentido de incorporar à sua agenda de pesquisa, docência e extensão a agenda política dos movimentos sociais.

Contudo, para que isso ocorra, é preciso também que os movimentos sociais se tornem atores no processo decisório da PCT, que coloquem suas questões na agenda dessa política pública e pressionem formuladores e decisores pela elaboração de uma PCT que privilegie o verdadeiro desenvolvimento do País.

Bibliografia

DAGNINO, Renato & GOMES, Erasmo José. *O Processo Decisório na Universidade Pública: uma visão de Análise de Política*. In: *Avaliação: Revista de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES)*, Campinas, v. 7, n. 4, dez. 1996. pp. 43-71.

DAGNINO, Renato. *Um debate sobre a tecnociência: neutralidade da ciência e determinismo tecnológico*. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/departamentos/dpct/docentes/RenatoDagnino/página pessoal/aulas/enfoque5.zip>, 2005.

DAGNINO, Renato. *A Tecnologia Social e seus desafios*. Fundação Banco do Brasil. *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004.

DAGNINO, Renato et alli. *Sobre o marco analítico-conceitual da Tecnologia Social*. Fundação Banco do Brasil. *Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004.

- DIAS, R. “*Tecnologia Social: atores sociais e medidas de PCT*”. Texto GAPI para discussão, 2006.
- FEENBERG, A. *Critical Theory of Technology*. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- FEENBERG, A. “*O que é a Filosofia da Tecnologia?*” Conferência pronunciada para estudantes universitários em Komaba, Japão, em junho de 2003.
- HERRERA, A. (1973) “*Los determinantes sociales de la política científica en América Latina – política científica explícita y política científica implícita*”. *Desarrollo Económico* 13 (49).
- LACEY, H. *Is Science Value-free?: Values and Scientific Understanding*. Londres: Routledge, 1999.
- LASSANCE Jr., Antonio; PEDREIRA, Juçara Santiago. *Tecnologias Sociais e Políticas Públicas*. Fundação Banco do Brasil. *Tecnologia Social: ma estratégia para o desenvolvimento*. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004.
- LOPES, J. L. (1964) *Ciência e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro.
- LOPES, J. L. (1978) *Ciência e libertação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LÓPEZ, A. F. (1996) “*Las ideas evolucionistas en Economía: una visión de conjunto*”. *Revista Buenos Aires Pensamiento Económico* 1 (1).
- LÓPEZ CERREZO, J. A. (2004) “*Ciência, tecnologia e sociedade: o estado da arte na Europa e nos Estados Unidos*”. In SANTOS, L. W. et al. (orgs). *Ciência, tecnologia e sociedade: o desafio da interação*. Londrina: IAPAR.
- LUKES, S. (1974) *Power: a radical view*. Londres: Macmillan.
- MÉSZÁROS, I. (2002) *Para além do capital*. Campinas: Editora da Unicamp.
- NOVAES, H. T. *Para além da apropriação dos meios de produção? O processo de adequação sócio-técnica em fábricas recuperadas*. Dissertação de Mestrado. Campinas: DPCT/IG/UNICAMP, 2005.



SCHUMPETER, J. A. (1984) *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar.

SCHUMPETER, J. A. (1988) *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural.

VACCAREZZA, L. S. (2004) “*Ciência, tecnologia e sociedade: o estado da arte na América Latina*”. In SANTOS, L. W. et al. (orgs). *Ciência, tecnologia e sociedade: o desafio da interação*. Londrina: IAPAR.

WINNER, L. *La Ballena y el Reactor – una Búsqueda de los Limites en la Era de la Alta Tecnología*. Barcelona: Gedisa, 1987.



*Alguns integrantes GAPI – Departamento de Política Científica e Tecnológica (Unicamp/SP)

Tecnologia Social e geração de trabalho e renda

*Jacques Pena**

Este tema é de grande importância para os debates que temos desenvolvido tanto na Rede de Tecnologia Social, com diversos parceiros, quanto na própria Fundação Banco do Brasil.

Para compreender melhor onde chegamos, fazemos um breve histórico sobre a atuação da Fundação, que iniciou suas atividades em 1985 a partir de dois fundos de investimento: o Fipec, que apoiava projetos de pesquisa em científica, e o Fundec, que atuava no apoio ao desenvolvimento comunitário. Ao longo dos anos 1990, as ações da Fundação foram sendo atualizadas e ajustadas às estratégias do Banco do Brasil, até que no fim da década passou a priorizar a atuação em programas próprios, saindo aos poucos de um conjunto pulverizado de projetos pontuais e não integrados. Chegou, dessa forma, a concentrar mais seus esforços em programas estruturados, tais como o AABB-Comunidade, BB Educar, Criança e Vida, Memória, cada um deles realizado por meio da articulação de parceiros de maior porte ou especialidade na área abordada.

Em 2001, a Fundação abre um espaço importante para as tecnologias sociais criando um prêmio bienal, o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, para estimular a certificação e disseminação de soluções simples e reaplicáveis para problemas que afligem as comunidades em situação de risco. Essas soluções formaram a primeira base para a constituição pioneira de um banco de dados de amplo acesso na internet: o Banco de Tecnologias Sociais. Dois anos mais tarde, a Fundação começa a discutir e adotar formas de promover uma maior interação e contribuição para as políticas públicas, em particular para responder ao chamado do Governo Federal para as diretrizes do Programa Fome Zero. As diretrizes da Agenda 21, especialmente o respeito às dimensões humana, econômica e ambiental, serviram de base às definições estratégicas da Fundação. Assim, foram desenhadas ações de acordo com os conceitos estruturais do Programa Fome Zero que produzissem empreendimentos sustentáveis de geração de trabalho e renda e ações de educação estruturadas que pudessem a elas ser integradas. Esse ganho de sinergia nos eixos de renda e educação foi significativamente potencializado pelas tecnologias sociais.

A partir de então, passamos a investir na reaplicação de tecnologias sociais que contribuíssem para transformar a realidade de comunidades que convi-



vem com problemas sociais graves nesse país. Se considerarmos os números econômicos e sociais da realidade brasileira – em que 1% da população concentra a riqueza do país, 50% da população se encontra em condições de pobreza e 10% se encontra em situação de extrema pobreza –, constatamos a importância de uma atuação em escala que utilize tecnologias sociais efetivas. Nessa categoria, classificamos aquelas que, além de gerar renda para a população, contribuem efetivamente para o desenvolvimento sustentável. O desafio para todos aqueles que pretendem estar nesse grupo deve ser o de reaplicar em escala tecnologias sociais, a exemplo do Programa Um Milhão de Cisternas executado pela Associação do Semi-Árido - ASA e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Esse programa vem sendo aplicado em escala e já se torna uma política pública importante na história do Semi-Árido brasileiro, atingindo mais de 200 mil famílias.

Quando se trata de reaplicação em escala devemos ter uma série de cuidados em nossa atuação. A tecnologia social deve ser desenvolvida e implementada na interação com a comunidade. A aplicação de idéias desenvolvidas em um lugar não costuma funcionar bem em outro, onde a realidade é diferente. Uma tecnologia social desenvolvida em certo ambiente precisa da participação da comunidade que vai reaplicá-la, para fazer com que ela seja adaptada à nova realidade no processo de implantação e assim possa gerar a transformação social visada. Nesse processo, em que a comunidade assume o protagonismo, acontece a sinergia e a troca de conhecimento entre o saber local e aquele disponibilizado pela tecnologia social. O que se pretende com as tecnologias sociais que vamos reaplicar para geração de trabalho é que, lado à elevação da renda da população, haja também uma elevação da autoestima e a conquista da cidadania de fato. Que os atores locais se apropriem não só da renda, mas de uma forma de transformação da sua realidade, conquistando o direito à cidadania.

É fundamental às instituições que desejam contribuir em um processo de geração de trabalho e renda para o desenvolvimento sustentável, que estejam presentes nos diversos ambientes, atuando na mobilização e organização social das comunidades. Para tanto, é importante lançar mão de dinâmicas construtivas que contem com a ativa participação das comunidades cuja realidade se procura transformar. É, também, indispensável realizar um diagnóstico participativo que anteceda o investimento que se pretende fazer na comunidade. Para conhecer a realidade social de um local, é preciso entabular um diálogo com os diversos atores locais que possibilite a eles mostrarem o que pensam, o que fazem e o que desejam de melhoria na qualidade de vida.

Outro fator importante nessa discussão é o fortalecimento das instituições locais, por meio do estímulo ao cooperativismo, ao associativismo e do aprimoramento das relações entre as instituições e o poder público. Isso permite que essas instituições possam ser as gestoras de grandes projetos e façam o papel de articular as redes e as ações a serem desenvolvidas em torno de um debate participativo e democrático. Só assim é possível manter em harmonia a diversidade de ações em torno das quais geralmente se situam as tecnologias sociais. Isso também evita a concentração em determinado processo produtivo, o que pode gerar perdas com flutuações e sazonalidades da economia.

Sem a pretensão de esgotar um debate tão rico e complexo, abordamos uma última questão a considerar quando se toma a decisão de reaplicar uma Tecnologia Social para geração de trabalho e renda: o crédito. Via de regra, o conjunto de instituições que vão trabalhar com esse processo é constituído de pequenas instituições com poucos recursos. Para gerar trabalho e renda é indispensável fomentar o desenvolvimento de Tecnologias Sociais voltadas para a questão do crédito, a exemplo do Banco Palmas. Assim, como os grandes negócios necessitam e buscam crédito, os pequenos negócios também precisam de mecanismos similares de alavancagem e sustentação. As tecnologias sociais que geram possibilidades de democratização e aplicação do crédito e da poupança local reforçam a lógica da economia solidária, devendo ser apoiadas e preferencialmente utilizadas na própria região onde são geradas.

O que desejamos, em suma, enfatizar é que todos esses pressupostos precisam ser considerados em cada processo de reaplicação de tecnologia para geração de trabalho e renda. Afinal, trabalhamos em busca de um desenvolvimento sustentável que conte com a participação central da comunidade, dos agentes locais e de parceiros que se complementarem no desenvolvimento de projetos e tecnologias sociais que, acima de tudo, têm o propósito de melhorar as condições de vida em nosso país.



** Presidente da Fundação Banco do Brasil.*



Instituições participantes do 1º Fórum Nacional da RTS

Abaçai Cultura e Arte

ABC – Associação Beneficente Cristã

Abcmac – Associação Brasileira de Captação e Manejo
de Água de Chuva

Abdl – Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças

Abong – Associação Brasileira das Organizações Não Governamentais

Abravídeo – Associação Brasiliense de Apoio ao Vídeo
no Movimento Popular

Ação Comunitária do Rio de Janeiro

Acecavaf – Associação Com. Educ. dos Agricultores de Várzea do Feijão

Afrodisiaco Produções da Cultura Negra

Agência de Desenvolvimento Sustentável de Jaraguá

Agência de Desenvolvimento, Trabalho e Renda

Agência Mandalla DHSA

Ágere Cooperação em Advocacy

Anprotec – Associação Nacional de Entidades Promotoras
de Empreendimentos Inovadores

Aquatro – Agência de Qualificação e Trabalho para
Organizações Associativas

Arppe – Associação das Rádios Populares de Pernambuco

Artems – Associação de Produtores de Artesanato do Mato Grosso do Sul

Artesim – Arte que se Importa e se Exporta

ASA – Articulação no Semi-Árido Brasileiro

Associação Aliança Empreendedora

Associação Ambiental Casamundo

Associação Beneficente Vila Araguaia

Associação Brasileira pelo Direito de Brincar

Associação Comunitária Casa da Cidadania

Associação de Fomento e Caprinovinocultura

Associação de Formação Social, Cultural e Ambiental do Barreto

Associação de Moradores do Bairro Aeroporto

Associação dos Apicultores das abelhas de Tibáú

Associação dos Apicultores de Ponta Alta do Tocantins

Associação dos Deficientes Físicos de São Miguel dos Campos

Associação dos Moradores do Setor de Planaltina

Associação dos Produtores Rurais e Pescadores de Encarnação de Salinas

Associação dos Protetores do Mar
Associação Garra Ambiental da Serra
Associação Imagem Comunitária
Associação Instituto de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
Associação Marca para Promoção de Serviços
Ataic – Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas
de Ilha da Cinza
Banco do Brasil
Cade – Centro de Atividades de Desenvolvimento e Estudos
Ceat – Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
Centro Comunitário Padre Marcos
Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – UnB
Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico
Centro de Cidadania Umbu Ganzá
Centro de Cultura e Estudos Prentice Mulford
Centro de Defesa dos Direitos Humanos Antonio Conselheiro
Centro de Desenvolvimento Comunitário de Maravilha
Centro de Desenvolvimento Comunitário Monsenhor José Kehrlé
Centro de Desenvolvimento Sustentável Universidade de Brasília
Centro de Estudos e Ação Popular do Sertão do Pajeú
Centro de Intervenção junto a Criança, Adolescente e Família
Centro de Referência do Professor – UFV
Centro Nordeste de Animação Popular
Chef
Circuito Turístico Caminhos Gerais
Ciriec – Centro Internacional de Pesquisa e Informação
sobre a Economia Pública, Social e Cooperativa
Colégio Estadual Rotary
Comunicarte Marketing Cultural e Social S/C Ltda
Congregação Holística da Paraíba – Escola Viva Olho do Tempo
Conselho Nacional dos Seringueiros
Cooperativa de Inovações Tecnológicas Arhes
Cooperativa de Pescadores e Artesãos de Pai André e Bonsucesso
Cooperativa de Trabalho para o Desenvolvimento Sustentável
Cooperativa dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Ceará



Cooperativa Ecológica das Mulheres Extrativistas do Marajó

Cooperativa Milênio

Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Marabá

Cooperativa Mista dos Trabalhadores Rurais de Poconé

Cras

Creche Escola Gente Inocente de Governador Valadares

Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul

Departamento de Assuntos Indígenas

DireitoSocial.com

Diretoria de Relações com Funcionários e Responsabilidade

Socioambiental

Escola Viveiro Multiplicadora Artesã

Finep – Financiadora de Estudos e Projetos

Fio Cruz

Fórum Carajás

Fundação Banco do Brasil – sede BA

Fundação de Cultura Popular Arte Dança

Fundação Palavra Mágica

Fundação Universidade Federal de Sergipe

Fundação Vitória Amazônica

Grupo Cultural Negros da Unidade Consciente

Grupo de Educação Ambiental Vida no Sertão

Grupo de Reintegração Infantil e Trabalhos Holísticos

Grupo Escoteiro Baden Powel

Grupo Origem

GTA – Grupo de Trabalho Amazônico

Guardiões do Mar

Ide – Instituto de Desenvolvimento Educacional

IdeSA – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social e Ambiental

Iesa

Ifan – Instituto da Infância

IICA

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFPR

Instituição Devas – Desenvolvimento de Projetos Comunitários

Instituto Aliança com o Adolescente

Instituto Aruanda

Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios
Instituto Brazil Global
Instituto Caatinga
Instituto Cultural e de Perícia Técnico Científica da Bahia
Instituto de Assistência Social e Educacional Cultural Belford Roxo
Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social
Instituto de Desenvolvimento Social Corrente do Bem
Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Energias Renováveis
Instituto de Desenvolvimento Sustentável Sapê
Instituto de Desenvolvimento Tecnológico Marinho
Instituto de Estudos Sócios Ambientais
Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Amazônico
Instituto de Tecnologia do Paraná
Instituto de Tecnologia Social
Instituto do Grêmio Politécnico para Desenvolvimento da Educação
Instituto Eco-Engenho
Instituto Franchising Cherto Networking Ltda
Instituto Gaudium de Proteção à Vida
Instituto Habitar
Instituto InterCidadania
Instituto Iraquara
Instituto Palmas
Instituto Primeiro Plano
Instituto Raízes da Terra
Instituto Santo Antonio
Instituto Sociedade, População e Natureza
Instituto Socioambiental Flornativa
Instituto Solidarista Nacional
Instituto Soma Brasil
Instituto Teribre
Instituto Terra Viva
Instituto Vida Adolescência Juventude e Cidadania
Ipec – Instituto de Promoção e Educação do Centro Norte
Ipsos – Instituto de Pesquisas e Projetos Sociais e Tecnológicos
Laboratório de Desenvolvimento de Tecnologia Sociais
Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social



Laboratório Estado, Sociedade, Tecnologia e Espaço do IPPUR/UFRJ
Mana-Mani Círculo Aberto de Comunicação, Educação e Cultura
Ministério do Desenvolvimento Agrário
Momento Editorial Ltda
Neps
Núcleo Assistencial Humberto de Campos
O Consolador
Objetiva Consultoria
Oboré – Projetos Especiais em Comunicações e Artes
Omnia Coesão Social
Organização Cor Negra
Oriashé – Sociedade Brasileira de Cultura e Arte Negra
Parque de Tecnologia Social
Polopobrio – Polo de Proteção da Biodiversidade
e Uso Sustentável dos Recursos
Prefeitura Municipal de Acopiara – Secretaria de Cultura,
Esporte e Juventude
Prefeitura Municipal de Cubatão
Prefeitura Municipal de Itambé
Prefeitura Municipal de Jaraguá
Prefeitura Municipal de Poço Branco
Prefeitura Municipal de Poço Dantas
Procuradoria Geral da República do Estado do Paraná
Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada as Comunidades
PUC
Quilombo – Associação Estadual das Comunidades
Quilombolas do Piauí
Sabor Natural Ltda.
Saci Pererê
Sebrae – BA
Secretaria de Assistência, Cidadania e Inclusão Social
Secretaria de Educação, Cultura e Desporto de Itaituba
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia
Secretaria de Meio Ambiente do Estado da BA
Seringueiros de Rondônia
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santana do Acaraú

Sustentabile Consultoria e Treinamento em Sustentabilidade

Ufla – Universidade Federal de Lavras

Ufscar

União Brasileira de Educação e Ensino

União das Associações de Monte Santo

Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Unipaz

Unipop

Univast

Universidade Estadual de Campinas

Universidade Federal da Bahia

Universidade Popular Comunitária

Vida Amiga

VLM S/C LTDA – Lansk Arquitetura



Comitê Coordenador da RTS

Caixa Econômica Federal

Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)

Fundação Banco do Brasil (FBB)

Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

Ministério da Integração Nacional (MI)

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Petrobras

Sebrae

Articulação no Semi-Árido Brasileiro (ASA)

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong)

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas
Brasileiras (Forproex)

Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

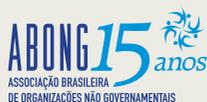
Subsecretaria de Comunicação Institucional da Secretaria-Geral
da Presidência da República





RTS
REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL

ORGANIZAÇÃO



APOIO

Ministério da
Ciência e
Tecnologia



PATROCÍNIO



Ministério do
Desenvolvimento
Social

Ministério da
Integração
Nacional

